



PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
AUTORIZADO A CIRCULAR EM INVOLUCRO DE PLÁSTICO DE Nº 142096RC DE 00142096RC VERIFICAÇÃO POSTAL CONTRATO 577668

PROFESSORES E EDUCADORES PRETENDEM

UM PRIMEIRO E CLARO SINAL DE MUDANÇA

Nos últimos 4 anos, os professores e educadores portugueses lutaram, como nunca, pela dignificação da sua profissão e pela valorização do seu estatuto profissional. Apesar da luta e das propostas apresentadas pelas suas organizações sindicais não foi esse o sentido dado às duas revisões da carreira efectuadas, com o Ministério da Educação a impor as suas soluções.

Entretanto, na sequência das eleições legislativas de Setembro, foi criado um novo quadro político, havendo, hoje, uma clara maioria parlamentar constituída pelos partidos que assumiram compromissos com os professores, tendo o próprio PS reconhecido erros cometidos na Educação.

Neste novo quadro, tendo em conta estes compromissos e a necessidade de garantir o bom funcionamento das escolas e um clima de tranquilidade, há muito perdido, os professores e educadores consideram indispensável, no plano imediato:

1. Suspender o actual modelo de avaliação do desempenho, ficando as escolas dispensadas de fixar o calendário para o novo ciclo avaliativo;
2. Garantir que nenhum professor será penalizado na avaliação referente ao primeiro ciclo avaliativo pelo facto de não ter entregado proposta de objectivos individuais;
3. Considerar nulos os efeitos previstos para os concursos pela atribuição das classificações de Excelente e Muito Bom;
4. Abrir um novo processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente que garanta, nomeadamente, a eliminação da divisão da carreira em categorias, a substituição do modelo de avaliação e a abolição das quotas;
5. Reorganizar os horários dos professores, com incidência, ainda este ano, na sua componente não lectiva, corrigir abusos e repor a legalidade;
6. Garantir a realização de um novo concurso nacional de professores já no próximo ano lectivo, com o número de vagas de quadro adequado às necessidades e repondo o modelo de colocações cíclicas para efeitos de contratação;
7. Garantir os direitos sindicais e a liberdade do seu exercício, designadamente no que concerne a participação em reuniões e o respeito pela autonomia de organização dos Sindicatos.

www.fenprof.pt

COM A FENPROF, OS PROFESSORES E EDUCADORES SERÃO MAIS FORTES NA LUTA PELOS SEUS JUSTOS OBJECTIVOS!



FENPROF • Rua Fialho de Almeida, 3
1070-128 LISBOA

JORNAL DA FENPROF

Federação Nacional dos Professores
Director: Mário Nogueira | n.º 236 | Mensal | Novembro 2009 | 0,50 Euros

Horários de trabalho

Ou ages, ou aceitas a sobrecarga!

Pág. 16



■ **LEI SINDICAL**
Em defesa dos direitos sindicais

Pág. 13

■ **CONCURSOS**
O último embuste da equipa de Lurdes Rodrigues

Pág. 14





Edição, Propriedade, Redacção e Administração
Federação Nacional dos Professores
Rua Fialho de Almeida, 3
1070-128 LISBOA
Tels.: 213819190 - Fax: 213819198
E-mail: fenprof@fenprof.pt
Home page: http://www.fenprof.pt

Director: Mário Nogueira

Chefe de Redacção: Luis Lobo
luis.lobos@sprc.pt

Conselho de Redacção: Abel Macedo (SPN), António Baldaia (SPN), Fernando Vicente (SPRA), Luis Lobo (SPRC), Manuel Grilo (SPGL), Manuel Nobre (SPZS), Nélcio de Sousa (SPM)

Coordenação técnica e apoio à Redacção:
José Paulo Oliveira (jornalista) | jppo@sapo.pt

Paginação e Grafismo: Tiago Madeira

Revisão: Luis Lobo

Impressão: Rafael, Valente & Mota, S.A.
MULTIPONTO
Tiragem média: 62.000 ex.
Depósito Legal: 3062/88
ICS 109940
NIPC: 501646060

O "JF" está aberto à colaboração dos professores, mesmo quando não solicitada. A Redacção reserva-se, todavia, o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível. Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Sindicatos membros da FENPROF

SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA
R. Fialho de Almeida, 3 - 1070-128 Lisboa
Tel.: 213819100 - Fax: 213819199
E-mail: spgl@spgl.pt
Home page: www.spgl.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES DO NORTE
Edif. Cristal Park
R. D. Manuel II, 51-3º - 4050-345 Porto
Tel.: 226070500 - Fax: 226070595
E-mail: geral@spn.pt
Home page: www.spn.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES DA REGIÃO CENTRO
R. Lourenço Almeida de Azevedo, 20
3000-250 Coimbra
Tel.: 239851660 - Fax: 239851666
E-mail: sprc@sprc.pt
Home page: www.sprc.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES DA ZONA SUL
Av. Condes de Vif Alva, 257
7000-868 Évora
Tel.: 266758270 - Fax: 266758274
Home page: www.spzs.pt
E-mail: spzs.evora@gmail.com

SINDICATO DOS PROFESSORES DA REGIÃO AÇORES
Av. D. João III, Bloco A, Nº 10
9500-310 Ponta Delgada
Tel.: 296205960 - Fax: 296206369
E-mail: spr.a.terceira@mail.telepac.pt
Home page: www.spra.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES DA MADEIRA
Edifício Elias Garcia, R. Elias Garcia,
Bloco V-1º A - 9054-525 Funchal
Tel.: 291206360 - Fax: 291206369
E-mail: spm@netmadeira.com
Home page: www.spm-ram.org

SINDICATO DOS PROFESSORES NO ESTRANGEIRO
Sede Social: Rua Fialho de Almeida, 3
1070-128 Lisboa
Tel.: 213833737 - Fax: 213865096
E-mail: spfenprof@hotmail.com
Home page: www.spfenprof.org



Durante o último Governo do PS, e na sequência do grande ataque à Escola Pública e à profissão docente, milhares de professores, alunos e pais exigiram a demissão da Ministra da Educação por várias vezes, no entanto, a sociedade reconheceu que de nada serviria mudar apenas as figuras e manter as mesmas políticas. Em Junho, o País deu um sinal claro ao PS nas eleições para o parlamento europeu e mais tarde em Setembro, já com o Sócrates a prometer "outra música", os resultados eleitorais determinaram um novo Governo sem maioria absoluta, logo, menos autoritário e mais democrático.

Apresentado o novo Governo e a sua equipa ministerial, com "novas" caras na Educação (mas com "velhas" palavras na acção), Isabel Alçada, assume o seu inteiro apoio à política educativa que tem vindo a ser seguida e, no seu discurso de apresentação do programa eleitoral, nem uma referência aos docentes, ao ECD, à avaliação, à carreira, enfim... política educativa nem falar! Os professores portugueses sabem que detêm a razão e a força para exigir mudanças, não irão permitir que este Governo tenha mudado algumas caras, mas continue a
Tocar o mesmo? ■

SUMÁRIO

4 Acção Sindical
A Carta Reivindicativa

5 Editorial
Os doze trabalhos de Isabel Alçada...

6 ECD
ME: suspensão do modelo de avaliação na ordem do dia!

8 Em foco
PCP, BE e Verdes avançaram com projectos na Assembleia da República

12 Desafios
Sindicalizar: Comprometer com os outros

13 Lei sindical
Em defesa dos direitos sindicais

14 Concursos
O último embuste da equipa de Lurdes Rodrigues...

16 Horários de trabalho
Ou ages, ou aceites a sobrecarga!

20 Dia Mundial do Professor
"Para construir o futuro, é preciso investir nos professores. Agora!"

28 Actividade Internacional da FENPROF
Estreitar laços para reforçar trabalho

34 AEC's
É preciso que se cumpra a lei e se corrijam abusos!

AVALIAÇÃO

"Intensa é a actividade da FENPROF junto das direcções dos Partidos com assento parlamentar. A estratégia revela-se correcta e o governo admite, já, alguma abertura para negociar o modelo de avaliação. Mas os professores exigem o fim das duas categorias a suspensão imediata da avaliação do desempenho. Medidas que são fundamentais para a criação de um clima propício a uma efectiva negociação"

Págs. 4 a 9



A Carta Reivindicativa

ANTÓNIO AVELÃS (Membro do Secretariado Nacional da FENPROF)

A Carta Reivindicativa dos Professores/as e Educadores/as elaborada pela FENPROF constitui um guia para a acção sindical a desenvolver no imediato e a médio prazo. É um documento a apresentar (em alguns casos já apresentado) às forças políticas com representação parlamentar e, sobretudo, ao governo. É um documento particularmente importante no início de uma legislatura parlamentar.

O documento entretanto distribuído aos professores abrange os diferentes campos da acção dos professores: a defesa dos direitos laborais específicos da docência, a luta no quadro da intervenção geral dos trabalhadores, a intervenção no âmbito do sistema educativo e na área da organização e funcionamento das escolas.

Em boa verdade deveriam ser as questões mais estruturantes a ocupar o centro das preocupações dos docentes - e essas questões são a defesa de uma escola pública justa e de qualidade, o combate ao insucesso e abandono escolar, a qualidade das aprendizagens, a construção da cidadania, entre outras.

Contudo, "o tempo" encarregou-se de colocar algumas questões prévias, indispensáveis ao bom trabalho nas escolas e que, por isso, assumem o carácter de reivindicações imediatas.

Revisão do ECD

Bem destacada, aparece a magna questão da revisão do Estatuto da Carreira Docente (do não superior) e, dentre dele, a questão da divisão entre professor e professor titular; e a necessidade de suspender já - para o substituir - o actual modelo de avaliação de desempenho. Não sendo questões simples, são contudo questões que urge solucionar para repor o nível de confiança, de segurança e de serenidade,

sem as quais não é possível o exercício da docência, sobretudo o exercício de uma docência entendida como um exercício colectivo em prol dos alunos - de todos os alunos.

Horários e sobrecarga de trabalho

Uma outra questão se tornou essencial: a da redefinição dos horários e da "ocupação" dos tempos nas escolas. Tornou-se infernal a sobrecarga de trabalho, do mais variado, que recai sobre os professores e educadores; às horas lectivas (isto é, à leccionação das suas aulas disciplinares) acrescenta-se um outro "tipo" de trabalho com alunos (que muitas vezes nem sequer conhecemos) que só artificialmente pode ser definido como "não lectivo" (apoios, actividades de enriquecimento curricular, aulas de substituição...) que, para muitos docentes, se torna bem mais desgastante que as suas aulas disciplinares.

A tudo isto, somam-se intermináveis reuniões, sempre "ocasionais", desorganizando por completo a vida dos docentes, aumentando-lhes até ao absurdo a "carga horária" semanal. Só o brio e o profissionalismo da classe docente permite que mesmo assim se preparem (por vezes já fugazmente) as aulas - como se quem organiza a Escola não percebesse que essa é, de todas, a tarefa mais importante.

Inadiável é também, no ensino superior, a reanálise do processo de transição dos docentes do ensino politécnico para a nova carreira.

Superada que foi a insensata tentativa de obstaculizar à publicação de estatutos de carreiras claramente positivos para os docentes do universitário e do politécnico, resta que se cumpra o compromisso assumido por todas as forças partidárias de rever o modo como se faz a transição.



Só o brio e o profissionalismo da classe docente permite que mesmo assim se preparem (por vezes já fugazmente) as aulas - como se quem organiza a Escola não percebesse que essa é de todas a tarefa mais importante.

Necessidade de um novo concurso

Igualmente inadiável é a decisão sobre a necessidade de um novo concurso já no próximo ano para a integração nos quadros das escolas dos professores aí necessários. O governo anterior (presumimos que o ME se limitou a executar as ordens do conselho de ministros) optou pela precariedade laboral: ao fim de 4 anos, e apesar do elevado número de docentes que se aposentou, integrou na carreira menos de 400 professores e educadores, mas foram colocados como "contratados" mais de 20.000 docentes devidamente profissionalizados, boa parte deles com muitos anos de docência. (O que o ME poupou, assim, à custa de quem trabalha!)

Se pensarmos na lógica do sistema educativo na sua globalidade, estas não serão as questões mais importantes; mas são certamente as que não podem ser adiadas sob pena do "colapso" das escolas. ■



Os doze trabalhos de Isabel Alçada...

A nova Ministra da Educação, Isabel Alçada, tem pela frente muito para fazer... Assim o queira e, para isso, tenha coragem! Responsabilidade não lhe falta, não só por ter sido escolhida (e aceiteada) para esta função governativa num momento tão crítico como o actual, mas, igualmente, por ser oriunda do meio e desenvolver diversas actividades que lhe proporcionam o contacto com os professores, o que lhe permite conhecer a realidade e o ambiente das escolas, bem como as razões que levaram os professores e educadores a encher de indignação, protesto e exigência as ruas de Lisboa.

Aguardam-se, também por estas razões, medidas que deverão ser tomadas num quadro de diálogo e negociação, esperando-se, nesse sentido, uma atitude completamente diferente da adoptada pela equipa anterior que esgotava nas formalidades os procedimentos negociais.

Os trabalhos que se esperam da nova equipa ministerial são muitos, devendo, contudo, respeitar prioridades.

(1) Desde logo, a suspensão do actual regime de avaliação, poupando as escolas de desenvolverem procedimentos inúteis e dando um importante sinal de mudança aos professores;

(2) Uma abordagem séria e conseqüente dos horários de trabalho dos docentes, libertando-os de carga burocrática para que dediquem ainda mais tempo aos seus alunos;

(3) O respeito pelos direitos sindicais e pelo livre exercício da actividade sindical, tal como se impõe em democracia;

(4) A revisão do Estatuto da Carreira Docente e aprovação de um novo ECD que valorize e dignifique a profissão e os profissionais docentes;

(5) A realização de um novo concurso, no próximo ano, para colocação de professores, com a garantia de abertura de lugares de quadro de acordo com as reais necessidades das escolas, promovendo a estabilidade do seu corpo docente;

(6) A democratização da gestão escolar, recentrando-a nos interesses pedagógicos e nos aspectos organizacionais e de funcionamento das escolas;

(7) A revisão do actual regime de Educação Especial, de forma a garantir que todos os alunos com necessidades educativas especiais têm direito a apoio especializado;

(8) A revogação do processo de municipalização da Educação Básica que pretende transferir responsabilidades para as autarquias sem que estas reúnam condições para as assumir, devendo, algumas delas, manter-se na esfera de competências do poder central;

(9) A revisão do modelo de Actividades de Enriquecimento Curricular, de forma a que as crianças do 1.º Ciclo não estejam obrigadas a um número excessivo de horas em actividades escolarizadas, sendo encontrada, em alternativa, uma efectiva resposta social para as famílias e os alunos que dela necessitam;

(10) Uma intervenção profunda no âmbito da formação de professores - inicial, contínua e especializada - no sentido da sua inadiável qualificação, recentrando nas escolas a definição de prioridades;

(11) Um investimento efectivo na Acção Social Escolar, sendo alterada uma realidade negativa que é marcada, no quadro da União Europeia, por uma das mais baixas despesas com os alunos, apesar de Portugal ser um país que apresenta elevados índices de pobreza e exclusão social que se reflectem em altas taxas de insucesso e abandono escolares;

(12) A realização de uma verdadeira reforma curricular que, de forma participada, consagre uma reorganização e reestruturação dos currículos, quer do Básico, quer do Secundário, reveja os actuais modelos de avaliação dos alunos e valorize as vias profissional e tecnológica.

Estes são apenas doze exigentes trabalhos que Isabel Alçada terá de realizar... entre outros... À falta de qualquer poção mágica que lhe permita fazer tudo sozinha, a Ministra não terá alternativa ao diálogo e à negociação social e política para levar por diante, com êxito, tantas e tamanhas tarefas. Ou seja, serão necessários parceiros, não apenas para que se concretizem decisões, mas para, com eles, as tomar!

Sendo os professores parceiros imprescindíveis, os seus Sindicatos serão interlocutores inultrapassáveis e privilegiados. A FENPROF, a mais importante e representativa organização sindical dos docentes portugueses, estará disponível e em condições de corresponder às exigências que este novo quadro lhe coloca. ■

ME: suspensão do modelo de avaliação na ordem do dia!

"A prioridade é a revisão do Estatuto da Carreira Docente. E é no quadro dessa urgente revisão que se exige, naturalmente, a suspensão do actual modelo de avaliação, a eliminação da divisão da carreira e da prova de ingresso, a par de um conjunto de alterações em matérias como os horários de trabalho dos professores, o regime de faltas e a aposentação, entre outras".

As palavras são de Mário Nogueira e foram registadas já no período de perguntas e respostas da conferência de imprensa que a FENPROF realizou em Lisboa, ao fim da tarde em 27 de Outubro, dia de apresentação da nova Ministra nos gabinetes do ME.

O Secretário Geral da FENPROF esteve acompanhado neste encontro com a comunicação social pelos dirigentes António Avelãs (SPGL), Abel Macedo (SPN), Anabela Sotaia (SPRC) e Joaquim Páscoa (SPZS). Antes da conferência de imprensa, realizada na sede da Federação, em Lisboa, uma delegação da FENPROF esteve reunida com representantes do Bloco de Esquerda e do Partido Ecologista "Os Verdes", dando sequência aos contactos agendados com os partidos representados no Parlamento.

Já de seguida, deixamos, na íntegra, a declaração divulgada aos jornalistas, intitulada: "Ministério da Educação deverá suspender, urgentemente, o actual modelo de avaliação":

Em 30 de Outubro, por força do Decreto Regulamentar n.º 14/2009, de 21 de Agosto, imposto pela anterior equipa do Ministério da Educação, expirou o prazo para as escolas definirem os seus calendários visando a aplicação do modelo de avaliação previsto no ECD, dando, assim, início a um segundo ciclo avaliativo.

Na Assembleia da República deram entrada três projectos de Lei que se destinam a impedir o início deste novo ciclo - através da suspensão do actual modelo



FENPROF em conferência de imprensa (27/10/2009)

de avaliação -, havendo o compromisso dos partidos da oposição de votarem favoravelmente aquela suspensão.

Razões de ordem administrativa impediram que a suspensão fosse aprovada antes de 30 de Outubro, pois não foi possível agendar qualquer iniciativa parlamentar e não estavam sequer constituídas, no fecho desta edição, as comissões parlamentares específicas.

Por essa razão, a suspensão deveria ser decidida pelo ME, sob pena de as escolas estarem obrigadas a aprovar documentos e a desenvolver procedimentos que, dentro de algumas semanas, deverão ser suspensos. Ou seja, o ME deveria decidir a suspensão deste modelo de avaliação de desempenho, pois evitaria que, nas escolas, fossem introduzidos focos de perturbação e instabilidade que, dadas as circunstâncias, fariam ainda menos sentido.

Para além de ser importante para a organização e funcionamento das escolas, revelando respeito pelas suas dinâmicas de trabalho, a suspensão deste modelo de avaliação constituirá um importante sinal de mudança que os professores e educadores perceberão de forma positiva, contribuindo para que comece a ser recuperada a confiança que há muito os docentes perderam em relação ao Governo e ao Ministério da Educação.

A suspensão do actual modelo de

avaliação terá de se traduzir:

- Na dispensa de as escolas definirem qualquer calendário para o desenvolvimento de novo ciclo avaliativo e na anulação dos calendários entretanto fixados;
- Na garantia de que os docentes não deixarão de ser avaliados no final do ciclo avaliativo que encerra em 31 de Dezembro, p.f., independentemente de terem ou não apresentado proposta de objectivos individuais;
- Na não consideração dos efeitos que decorreriam das classificações de Muito Bom e Excelente, atribuídos ou a atribuir no final do primeiro ciclo avaliativo, quer para concursos, quer para carreira, dada a forma atribulada como decorreu a aplicação do regime de avaliação ao longo desse ciclo;

Ainda neste primeiro período lectivo, terá de se iniciar um processo de revisão do ECD do qual resultem, entre muitos outros aspectos, o fim da divisão da carreira e a substituição do regime de avaliação que lhe está associado.

Caso a avaliação não seja suspensa, a FENPROF apela aos professores e educadores que, dando continuidade a uma acção que juntou muitos milhares de docentes, não entreguem proposta de objectivos individuais. A FENPROF apelou, também, igualmente às escolas que, no sentido de preservar um clima de trabalho sereno e evitar o crescimento da conflitualidade introduzida por este proces-

so, acautelassem na calendarização que a lei lhes exige o tempo necessário a que a questão possa ser resolvida politicamente, o que, na sua maioria, veio a acontecer.

Caso a suspensão não seja decidida, a FENPROF estará disponível para continuar a luta por esse objectivo.

A FENPROF, entretanto, solicitou uma reunião à nova Ministra da Educação, a realizar urgentemente, para encontrar um acordo em torno desta matéria. Tal reunião não substituirá a que, necessariamente, se realizará logo após estar constituída e entrar em funções a equipa ministerial; nessa reunião, a FENPROF apresentará a sua apreciação sobre o actual estado da Educação, bem como as propostas que constam da *Carta Reivindicativa dos Professores e Educadores Portugueses*. ■



Avaliação:

a FENPROF solicitou (27/10/2009) uma reunião à nova Ministra da Educação, a realizar urgentemente, para encontrar um acordo em torno desta matéria. Nessa reunião, a FENPROF apresentará a sua apreciação sobre o actual estado da Educação, bem como as propostas que constam da Carta Reivindicativa dos Professores e Educadores Portugueses, como foi referido no encontro com a comunicação social. Destaca ainda a declaração divulgada aos jornalistas: "Caso a avaliação não seja suspensa, a FENPROF apela aos professores e educadores que, dando continuidade a uma acção que juntou muitos milhares de docentes, não entreguem proposta de objectivos individuais. A FENPROF apela igualmente às escolas que, no sentido de preservar um clima de trabalho sereno e evitar o crescimento da conflitualidade introduzida por este processo, acautelem na calendarização que a lei lhes exige o tempo necessário a que a questão possa ser resolvida politicamente". ■

Professores mantêm pressão

Por todo o país, professores manifestam vontade em manter a pressão e uma intervenção consequente a nível de cada escola/agrupamento, para que o actual modelo de avaliação seja suspenso e substituído por outro que seja justo, adequado pedagógica e cientificamente e exequível. Um modelo que respeite a especificidade da profissão docente e que ao mesmo tempo seja exigente.

A propósito, aqui fica uma posição recentemente aprovada pelos docentes da Escola Secundária D. Afonso Sanches, de Vila do Conde. "Perante a afixação do calendário previsto para a avaliação do desempenho docente (cf. Decreto Regulamentar n.º 1 - A/2009, de 5 de Janeiro, e Decreto Regulamentar n.º 14/2009, de 21 de Agosto), cuja única razão de ser radica na existência de um quadro legislativo moribundo, porquanto já não corresponde à vontade política da actual maioria dos deputados à Assembleia da República, os professores da Escola Secundária D. Afonso Sanches, reunidos em Assembleia Geral, no dia 15 de Outubro de 2009, pelas 18h30, decidiram:

1. reafirmar todas as suas tomadas de posição sobre a matéria em causa (datadas, respectivamente, de 30 de Outubro, 20 de Novembro e 17 de Dezembro de 2008);
2. exigir a revogação do actual Modelo de Avaliação de Desempenho Docente, superando, deste modo, e definitivamente, a situação de grande instabilidade que a sua aplicação, ainda que de forma simplificada, continua a causar ao funcionamento das escolas, ao desempenho profissional dos professores e às boas aprendizagens e

resultados escolares dos alunos;

3. recusar, em conformidade com o número anterior, qualquer iniciativa que implique a aplicação do modelo em questão, o que significa que os signatários também assumem, desde já, a rejeição do cumprimento das tarefas previstas pelo calendário supracitado e, em particular, a recusa da entrega dos objectivos individuais;

4. exigir - em conformidade com os compromissos eleitorais de todos os partidos com representação parlamentar (à excepção de um deles) - a revisão do Estatuto da Carreira Docente, tendo em vista, para além da substituição do actual Modelo de Avaliação (e consequente eliminação do regime de quotas), uma alteração radical da estrutura da carreira, que ponha um ponto final na insensata e iníqua divisão entre professores e professores titulares, e a consagração de medidas que contribuam para a criação de melhores condições de trabalho e de exercício da profissão;

5. e, por último, dar conhecimento da aprovação à Presidência da República, ao Presidente da Assembleia da República, ao Governo, à DREN e às restantes DRE, à Plataforma Sindical, aos Grupos Parlamentares, ao Conselho Nacional de Educação e aos Órgãos da Comunicação Social." ■



PCP, BE e Verdes avançaram com projectos na Assembleia da República

Respondendo ao apelo dos professores, materializado, aliás, através de dois documentos estratégicos aprovados pela FENPROF – Livro Negro das Políticas Educativas do XVII Governo Constitucional e Carta Reivindicativa dos Professores e Educadores – o PCP, o BE e Verdes deram entrada, na Assembleia da República, de diversos projectos que correspondem a importantes iniciativas legislativas que visam uma mudança estratégica das políticas educativas do Governo na área da Educação, designadamente quanto ao Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário.

A FENPROF reuniu, aliás, com as direcções dos diversos partidos com assento parlamentar (à hora de fecho desta edição apenas o PS não tinha respondido ao pedido de reunião) obtendo de todos eles o compromisso do envolvimento inequívoco na resolução deste problema, assumindo ou a apresentação de projectos de lei, resoluções ou apreciações parlamentares ou, simplesmente, o apoio a iniciativas de outros partidos neste sentido, como fez questão de notar o PSD. Também o CDS/PP que ainda não tinha feito entrar qualquer projecto, quer para a suspensão do modelo de avaliação, quer para a revisão da carreira docente, em reunião com a FENPROF, anunciou a sua intenção de avançar com um projecto concreto para revisão do modelo de avaliação, aliado ao fim das duas categorias.

Assim, no âmbito da sua intervenção parlamentar, no que à carreira docente diz respeito, **o Partido Comunista Português apresentou as seguintes iniciativas:**

Apreciação Parlamentar (1/XI) do Decreto-Lei n.º 270/2008, de 30 de Setembro, que "Procede à nona alteração ao Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 20/2006, de 31 de Janeiro, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 104/2008, de 24 de Junho"

Refere o texto do PCP, entre outros aspectos: "No início desta XI Legislatura, o Grupo Parlamentar do PCP apresenta um Projecto de Lei que determina um novo período de negociação sindical em torno do Estatuto de Carreira Docente, com o objectivo de fazer revogar os seus aspectos mais gravosos e com mais negativas implicações na dignidade profissional dos

professores e na qualidade da convivência e ambiente escolares".

Projecto de Lei (2/XI) que "Determina as condições da revisão do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos ensinos Básico e Secundário, e as condições da sua realização".

A este propósito, salienta o PCP: "Tendo em conta a importância de que se reveste a carreira docente, no quadro da Escola Pública, e tendo em conta a degradação do clima convivial e profissional que se viveu nas escolas durante os anos de mandato do XVII Governo Constitucional, torna-se imperativo que a Assembleia da República, agora numa configuração substancialmente diferente e na ausência de uma maioria absoluta, intervenha para a pacificação do clima nas escolas e para a revalorização e dignificação da profissão docente, não apenas numa perspectiva de mitigação de impactos negativos mas até numa mais audaz e progressista posição de melhoria significativa das condições laborais e profissionais do professor, assim agindo também sobre a qualidade do ensino português."

O Bloco de Esquerda avançou com as seguintes iniciativas:

Projecto de Lei 13/XI que "Suspende do processo de avaliação de desempenho de educadores de infância e professores do ensino básico e secundário e cria uma unidade de missão para a elaboração de um novo modelo de avaliação"

Sobre esta matéria, atente-se nas palavras do BE: "a avaliação, através de um sistema hierárquico artificial que assenta na distinção entre professores titulares e professores não titulares, deu lugar a situações inverosímeis que descredibilizam o próprio processo e lhe retiraram qualquer legitimidade. Os avaliadores não

o foram por serem os "melhores" – ao Ministério não importou de facto o mérito – mas por acaso. Não o foram por terem formação ou experiência profissional para o efeito, mas por contingência administrativa. O exemplo sublime destas incongruências esteve no facto de orientandos em estágios pedagógicos procederem à avaliação dos que foram os seus orientadores."

Projecto de Resolução (02/XI) que "Recomenda ao Governo a abertura imediata do processo de Revisão do Estatuto da Carreira Docente com vista à extinção da divisão entre professores titulares e professores".

Refere, a este propósito, o BE: "Interessa, pois, repor as condições de igualdade de oportunidades de progressão na carreira, sem prejudicar o direito à progressão na carreira dos professores entretanto providos à categoria de titular. Só essa reposição de condições de justiça e equidade permitirá repor nas escolas um clima de pacificação e motivação dos profissionais docentes, colocando um ponto final ao clima de mal-estar e desmotivação criado por tantas imposições absurdas – e que tanto prejudicaram a escola pública nos últimos anos."



Apenas com uma reunião por realizar, com a direcção do PS, é grande a convergência dos partidos da oposição quanto à necessidade de se suspender o actual modelo de avaliação do desempenho.

O Partido Ecologista "Os Verdes" apresentou a seguinte iniciativa:

Projecto de Resolução (3/XI) que "Recomenda a suspensão da avaliação dos docentes do ensino público não superior".

E sobre isto, o texto d'Os Verdes diz a dado passo: "Se a real intenção e preocupação fosse melhorar o actual sistema de ensino, esse seria o caminho a seguir em matéria de avaliação, mas não foi essa a opção do anterior Governo. O sistema de

avaliação de desempenho docente, que esteve sempre sob fortes críticas de cerca de 2/3 da classe docente, como ficou demonstrado em duas grandes manifestações nacionais no mesmo ano, é um modelo de avaliação centrado apenas no professor (esquecendo tudo o mais que faz o sucesso ou o insucesso da escola pública) cuja única preocupação e finalidade é impedir a progressão na carreira de milhares de profissionais dedicados que fazem da escola pública uma realidade todos os dias." | LL ■

no alvo



Mais uma vez o ME não cumpre o que propõe!...

Quando em Fevereiro o Ministério da Educação convocou o SPE e a FENPROF para uma reunião sobre o ensino português no estrangeiro, para a qual nem ordem de trabalhos indicou, nessa reunião foi-nos distribuída uma proposta de aditamento ao despacho que publicara as tabelas salariais dos professores no EPE, inalteradas desde 2006!

Nesse aditamento, constava a introdução de um ponto que contemplava a atribuição do subsídio de refeição aos professores do EPE, assim como os retroactivos do aumento de 2009. Com a pressa que é característica de quem se vê pressionado pela opinião pública e pela imprensa, após meses à espera, no dia 28 de Julho, coincidindo com a jornada de protesto do SPE/ FENPROF junto dos partidos políticos e Primeiro Ministro, são publicados os diplomas que há tanto aguardávamos.

Todavia, o despacho com as novas tabelas de salários, misteriosamente, ignorou o ponto que contemplava o subsídio de refeição! Só esperamos que não venham dizer agora que o mesmo se encontra incluído na massa salarial e como tal tributado de IRS, conforme a ex-ministra Lurdes Rodrigues afirmou em despacho, o que é uma ilegalidade e, depois, tenha que ser revogado e dar o dito por não dito.

A estar incluído, então fomos espoliados do aumento de 2,9% ! A não estar incluído, então fomos espoliados e enganados, pois o ME propõe e depois ignora o que propõe, enganando as pessoas. Iremos denunciar esta e outras situações, nomeadamente as que se prendem com a não contagem de tempo de serviço integral desde 2006. ■

Carlos Pato, SPE



Um quadro político que é mais responsabilizador!

MÁRIO NOGUEIRA (Secretário-Geral da FENPROF)

Em Portugal vive-se hoje um quadro político diferente, cuja novidade reside no facto de termos um Governo minoritário depois de quatro anos e meio de maioria absoluta... uma diferença que deveremos valorizar...

É verdade que o Primeiro-Ministro, José Sócrates, mesmo depois de conhecida a nova correlação de forças no Parlamento, não escondeu que pretendia dar continuidade às suas reformas, prosseguindo, desse modo, as políticas da governação anterior.

É verdade, também, que o novo elenco governativo mantém o núcleo essencial do cessante, confirmando, assim, a intenção de pouco ou (quase) nada mudar.

É verdade, ainda, que em relação ao Ministério da Educação, a opção parece ter sido a de aplicar a "receita" que tem resultado na Saúde quando trocou um estilo de português duro por outro de português suave, aliviando, com isso, o protesto sem que se alterasse significativamente a política.

Têm afirmado os analistas políticos que, se houvesse intenção de introduzir alterações de fundo no sistema educativo,

que mexessem com o que de essencial resulta da acção da anterior equipa, a opção teria sido outra, caindo a escolha num "peso-pesado" do partido do Governo para que, politicamente forte, pudesse, em momentos de maior aperto, decidir politicamente. É uma opinião que se admite correcta...

Só que – e essa será uma diferença de relevo –, nesta Legislatura, poderá existir uma distância razoável entre as intenções (mesmo que sejam manter tudo na mesma) e a possibilidade de, dadas as condições sociais e políticas existentes, as levar por diante. A perda de maioria absoluta pelo PS – alteração para que os professores, com a sua luta, terão contribuído – obriga os governantes a serem mais cuidadosos no que dizem e fazem, a cuidarem do diálogo e a valorizarem negociação porque hoje, na Assembleia da República, nem tudo serão "favas contadas".

Esta nova realidade também será

importante para a Educação. A equipa ministerial terá de alterar práticas que a anterior adoptou, principalmente quando decidiu ignorar os professores e desvalorizar as suas organizações sindicais.

Mas o facto de vivermos uma realidade mais positiva, não nos pode tornar desatentos. Pelo contrário, face a este reequilíbrio entre Governo e Parlamento, mais se justifica que estejamos mais disponíveis para intervir, para pressionar, para agir...

Essa postura, muito mais exigente e responsabilizadora, passa pela apresentação de propostas concretas, pela resposta pronta e qualificada às propostas do ME, por uma grande determinação na luta que tiver de ser desenvolvida.

Este novo tempo de maioria relativa, logo de Governo minoritário, é potencialmente mais favorável a quem luta pelos seus direitos... mas terá de se lutar, pois em política não há milagres, pelo que raramente os benefícios e os direitos caem do céu... ■



ORÇAMENTO DO ESTADO 2010

deve garantir correcção da perda de poder de compra

A Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública defende a necessidade da correcção de algumas das situações que decorrem da acção do governo, as quais provocaram não só um tratamento discriminatório dos trabalhadores do sector, relativamente ao sector privado, como provocaram uma grande perda do poder de compra.

Assim, nos últimos 4 anos, aos docentes foi imposto o congelamento das suas progressões, quer através da divisão da carreira em duas categorias e das quotas da avaliação, quer, ainda, pelos dois anos e cinco meses de paralisia das suas carreiras.

Neste período, foram roubados, para efeitos de progressão na carreira, até 29 meses de tempo de serviço (entre 2005 e 2008). Este tempo ainda não foi recuperado e não existe qualquer manifestação de intenção de

que tal venha a ocorrer nesta legislatura.

No plano salarial e das revisões anuais, os professores e educadores tiveram reduções salariais anuais tendo atingido, entre 2000 e 2008, cerca de -11,3%. Tal só foi parcialmente atenuado com o aumento em 2009 (ano de eleições) de 2,9%.

Neste século os professores viram os seus salários reduzidos, calculado o acumulado, em quase 8%, o que representa um agravamento significativo das suas condições de vida.

Um estudo publicado no Jornal da FENPROF revelava que a situação é tão grave, no caso dos docentes, pelo facto de estarem sujeitos, durante uma parte significativa das suas vidas profissionais, a viagens diárias ou a um segundo alojamento, entre outros aspectos, que o recurso ao apoio económico de amigos e familiares era não só uma constante como uma inevitabilidade. Esta forma "medieval" de tratar quem tem a nobre actividade do ensino tem de ser corrigida! ■

Frente Comum defende, para 2010:

- A recuperação gradual do poder de compra perdido nos últimos anos;
- Para satisfazer esta premissa, aumento salarial de 4,5% (com um aumento mínimo de 50 euros) e subsídio de refeição no valor de 6,50 Euros;
- Actualização dos escalões de IRS que acompanhe a baixa actualização salarial verificada desde o ano 2000, em 10%;
- Actualização das comparticipações da ADSE em 10%;
- Garantia da dotação orçamental necessária para a progressão na carreira.

Os professores e os restantes trabalhadores da administração pública foram objecto de alterações à legislação do trabalho ainda mais negativas do que, em alguns casos, no sector privado.

O nosso "Código de Trabalho" (Regimes de Contrato de Trabalho em Funções Públicas e de Vínculos, Carreiras e Remunerações) institucionalizou:

- O regime de mobilidade especial (antecâmara dos despedimentos);
- O aumento da precariedade laboral e da instabilidade dos serviços com os contratos individuais de trabalho e o contrato a termo resolutivo;

- Destruição ou privatização de serviços públicos, ao mesmo tempo que é subvertido o papel que a Constituição da República lhes atribuiu;
- O fim do vínculo de nomeação e a sua substituição por contratos por tempo indeterminado para os trabalhadores dos "quadros";
- Redução do número de trabalhadores com consequências muito negativas no plano do desemprego, designadamente de trabalhadores altamente qualificados, como é o caso dos docentes. ■



Comprometer com os outros

Há imensos motivos para que incitemos, em cada escola, à sindicalização nos nossos Sindicatos. Seja por razões de solidariedade profissional, seja por ser importante fazer parte de uma organização que nos defende e que sustenta as suas posições na auscultação que faz aos professores seus associados ou seja, ainda, por ser importante o reforço de laços de unidade entre os professores — para, dessa forma, sermos uma força necessária de pressão sobre o poder, tantas vezes cego e surdo perante a realidade da Escola e da Profissão Docente.

Neste momento crucial, ser sindicalizado é, principalmente, dar mais força aos Sindicatos que estão, em todo país, a conduzir a luta, a promover a acção conjunta de todos os professores, a fazer oposição a políticas educativas tão negativas que sobre nós se têm abatido.

Quem governou nos últimos anos sabe isso e tem tentado, por todos os meios de que dispõe, enfraquecer-nos, querendo impedir que nos reunamos, reduzindo o número de dirigentes necessários para a actividade sindical ou impedindo os docentes de recorrer à greve, como fez, recentemente, com a imposição de ilegítimos e inexplicáveis serviços mínimos, caso se realizem em período de exames.

O último golpe desferido contra o movimento sindical foi dado pelo Código de Trabalho, através da sua extensão para a Administração Pública — o Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas. Neste diploma impõem-se, de forma antidemocrática, regras para a organização sindical e para a definição dos Estatutos dos Sindicatos, o que corresponde a uma absoluta intromissão no direito de organização dos trabalhadores.

Apelo

Ora, para que possamos prosseguir a nossa acção, que é consensualmente reconhecida como muito importante, necessária e influente, precisamos de continuar a sindicalizar. Dessa forma, garantiremos que, caso venha a ocorrer nova medição da representatividade e os Sindicatos da FENPROF tenham de fazer prova do número de sindicalizados, se mantenham como os mais representativos Sindicatos do país. Por isso te fazemos este apelo. Para que sindicalizes mais colegas. Muitos colegas que estiveram connosco, ao nosso lado, contribuindo nas despesas de transporte nas duas enormes manifestações de professores do último ano, não são sindicalizados em nenhum sindicato e outros, estando inscritos noutras organizações, é na FENPROF que se revêem como estrutura que efectivamente os defende. | LL ■

Em defesa dos direitos sindicais

MANUELA MENDONÇA (Membro do Secretariado Nacional da FENPROF)

O consulado de José Sócrates e de Lurdes Rodrigues ficará na história como um dos períodos mais conturbados na educação em Portugal e aquele em os professores travaram das maiores lutas de sempre, no caminho da redignificação da sua profissão.

Mas para além do ataque aos professores, o Governo cessante levou também a cabo um ataque sem precedentes aos sindicatos, impondo limitações inaceitáveis ao exercício da actividade sindical.

Este ataque teve duas frentes - uma que passou pela alteração da Lei Sindical, outra pela colocação de obstáculos à realização de reuniões sindicais. Por um lado, o Governo actuou no plano normativo para impedir a participação dos professores em reuniões sindicais fora das suas escolas, dificultando a realização de reuniões concelhias, plenários distritais e regionais ou iniciativas de

âmbito nacional. Por outro lado, e como um tal cenário implicaria uma presença mais assídua, permanente e sistemática dos dirigentes sindicais nas escolas, restringiu de forma drástica a possibilidade de estes realizarem esse trabalho, reduzindo radicalmente o número de dispensas para a actividade sindical.

A Liberdade Sindical, consagrada na Constituição da República Portuguesa (CRP) inclui a liberdade de constituição de associações sindicais, a liberdade de organização e regulamentação interna e o direito de exercício de actividade sindical. É neste último nível que a Lei 59/2008 se configura como constitucionalmente inaceitável. Com efeito, esta redução drástica das dispensas sindicais degrada, de modo objectivo e desproporcionado, as condições de exercício da actividade sindical, na medida em que condiciona seriamente a capacidade de organização e de trabalho dos sindicatos.



A Liberdade Sindical, consagrada na Constituição da República Portuguesa (CRP) inclui a liberdade de constituição de associações sindicais, a liberdade de organização e regulamentação interna e o direito de exercício de actividade sindical.

Esta Lei apresenta ainda a agravante de penalizar, de forma igualmente injustificada, as organizações sindicais de maior dimensão. Ao estabelecer o limite máximo de 10 000 sócios para contabilização de dirigentes com direito a créditos, cria situações de manifesta desigualdade, pondo em causa o princípio da proporcionalidade e desrespeitando a representatividade relativa das várias organizações. O absurdo desta lei fica patente quando, da conjugação de critérios para atribuição dos créditos resulta que o maior sindicato de professores do país, o SPGL, dispõe de menos dirigentes com redução do que outros sindicatos com cerca de metade dos seus associados.

Estamos, assim, perante uma limitação inusitada e surpreendente dos direitos sindicais. A FENPROF bater-se-á pela alteração deste quadro legal, assim como pela reposição do direito de participação dos professores em reuniões fora das escolas. Porque estas restrições representam um forte ataque à Liberdade Sindical consagrada na CRP, incompatível com o reconhecimento da importância dos sindicatos como pilares essenciais da democracia instaurada com o 25 de Abril. ■



O último embuste da equipa de Lurdes Rodrigues...

ANABELA DELGADO (Membro do Secretariado Nacional da FENPROF)

Uma das medidas consideradas por José Sócrates e pela equipa que terminou recentemente o mandato como inovadoras e extraordinárias foi a estabilidade nas escolas através da colocação dos professores por 3 e 4 anos! O que José Sócrates nunca esclareceu é que tal medida implicou a não realização de concursos para ingresso nos quadros durante 3 e, 4 anos a partir de 2009.

A leitura desta medida poderia ser diferente da que somos obrigados a fazer se, ao fim de 3 anos sem concurso para ingresso nos quadros, o governo tivesse aberto um concurso com um número de vagas suficiente para suprir as necessidades das escolas provenientes da ausência de ingressos nos quadros durante aquele período a que se acrescentou o elevado número de lugares provenientes das mais de 5000 aposentações que ocorreram.

Ao contrário, o que veio a verificar-se foi o ingresso nos quadros de apenas cerca de 3 centenas de docentes, número que não tem qualquer comparação com os anos anteriores, quando os concursos para ingresso nos quadros se realizavam anualmente.

Entretanto os números apresentados pelo ME à opinião pública visaram iludir completamente a realidade. Usando tacticamente os números totais de docentes colocados nos quadros, anunciaram a colocação de cerca de 30 000 docentes na 1ª fase do concurso, omitiram que a esmagadora maioria das colocações resultaram de transferências e não de ingressos (17 090 docentes dos quadros de zona pedagógica obrigados a concorrer aos quadros de agrupamento/escola e aí colocados por transferência e 11 302 docentes já pertencentes aos quadros que apenas mudaram de escola/agrupamento).

Que inovações...

Para além desta realidade, a legislação que orientou os concursos instituiu um conjunto de novidades que, ao contrário do que alguns esperavam, veio a criar mais confusão e mais injustiças. Das inovações salientam-se:

- A obrigatoriedade dos docentes dos QZP concorrerem aos Quadros de Escola/ Agrupamentos;

- O Impedimento dos docentes dos quadros de escola/agrupamento "promovidos" à categoria de professores titulares, concorrerem ao concurso nacional;

- O impedimento dos docentes portadores de habilitação própria concorrerem aos concursos nacionais;

- A retirada do concurso nacional de um conjunto de escolas – os TEIP – criando um concurso de oferta de escola, numa primeira fase, apenas para docentes já pertencentes aos quadros;

- O fim das colocações cíclicas e a criação de uma nova figura "bolsa de recrutamento" onde as escolas terão de procurar os docentes de que necessitam, supostamente, para agilizar essa colocação;

- A colocação exclusivamente por oferta de escola a partir de Janeiro.

Para completar o quadro, o ME alargou o concurso por oferta de escola a um número significativo de situações – para além dos TEIP e das Técnicas Especiais, passaram a ser colocados também por essa via os docentes para projectos, novas oportunidades...

Segundo o ME, com esta medida, as escolas puderam exercer uma das formas de autonomia consagrada na nova legislação sobre gestão, isto é, tiveram o direito de escolher os seus professores! Todos sabemos o que isto significou. Muitas foram as escolas que estabeleceram inacreditáveis critérios de selecção, por exemplo, não ter rescindido contrato em anos anteriores!... Inacreditável, mas houve casos em que os docentes puderam ser penalizados por terem exercido um direito que a lei lhe conferia!

É necessário um novo concurso, com novas regras, já no próximo ano

O ME continuou imperturbável. O então secretário de Estado Valter Lemos passou para a opinião pública a ideia de que as colocações foram exemplares, os docentes foram colocados a tempo e até foram colocados muitos mais que nos anos anteriores. Anunciou mesmo que até Dezembro estariam colocados cerca de

40.000 docentes contratados...

Na verdade, as necessidades das escolas estão a obrigar o ME a colocar milhares de docentes. Estão a colocar mesmo os tais a quem impediram de concorrer ao concurso nacional, os portadores de habilitação própria!

Muitos milhares de docentes contratados contra o irrisório nú-

mero de colocados nos quadros. Contudo, com contratos mais precários, a grande maioria com horário incompleto. Para completar o horário terão de trabalhar em mais de uma escola.

Com este panorama não podem restar dúvidas, a legislação dos concursos tem de ser alterada... É indefensável não só a

manutenção destas regras como a não realização de concurso nacional para ingresso e mobilidade nos quadros durante os próximos quatro anos.

É pois necessário um novo concurso, com novas regras, já no próximo ano. Dissemo-lo logo que conhecemos os primeiros resultados. Reafirmamo-lo agora. ■

TEIP

Os resultados do concurso por oferta de escola para os TEIP abertos na 1ª fase, foram completamente ao contrário do que o ME pretendia. A candidatura àqueles concursos foi restringida aos docentes dos quadros – a justificação foi a suposta experiência dos candidatos. Em resultado do concurso, as escolas TEIP ficaram sem a esmagadora maioria dos docentes dos quadros que, legitimamente concorreram para outras escolas/agrupamentos e o número dos colocados pela oferta de escola ficou bastante distante das necessidades. O ano iniciou-se nesses agrupamentos com falta de dezenas de professores que as escolas entretanto tiveram de contratar directamente de entre os menos experientes – os tais docentes contratados que, antes, tinham sido impedidos de concorrer aos quadros daquelas escolas por serem inexperientes!

Também a colocação em simultâneo através da bolsa de recrutamento e por oferta de escola, desencadeada para a generalidade dos grupos de recrutamento (anteriormente, restringia-se, numa 1ª fase, aos docentes dos grupos de técnicas especiais), originou uma enorme confusão nas escolas, situação que já não ocorria há vários anos.

Para além das regras de funcionamento de ambas as modalidades de ser genericamente ao arpejo do que tem sido a tradição das colocações (respeito pela graduação e preferências dos candidatos) e criarem situações de injustiça e incompreensíveis para os docentes, também as escolas e os alunos foram vítimas da inovação introduzida.

Assistiu-se neste início de ano a uma enorme rotatividade de docentes que, no uso legítimo de um direito conferido pela lei, procuram obter a melhor colocação possível, mesmo quando tiveram de denunciar contratos. Em resultado, muitos alunos estiveram algum tempo sem professor ou tiveram vários professores na mesma disciplina/ano... ■

GESTÃO

Recentrar a direcção e gestão nas escolas e no seu quotidiano

FRANCISCO ALMEIDA (Membro do Secretariado Nacional da FENPROF)

No novo quadro político resultante das eleições legislativas e da clara derrota das políticas que orientaram o Governo de José Sócrates e Maria de Lurdes Rodrigues nos últimos



quatro anos, abrem-se novas possibilidades para mudar aspectos importantes da política educativa que levou os professores e educadores a desenvolver o mais vigoroso e expressivo movimento de luta da história recente do país. Uma dessas importantes questões é a direcção e gestão das escolas.

Os primeiros tempos de aplicação do chamado novo modelo de gestão começam a confirmar o essencial das propostas e soluções da FENPROF para rever o Dec-Lei 75/2008:

- É imperioso por fim à obsessiva concentração de poderes no órgão de gestão das escolas – o director;

- Em nome da democracia na organização e funcionamento das escolas, é imperioso acabar com o órgão unipessoal de gestão e regressar à colegialidade da gestão alcançada com o 25 de Abril;

- Tem que ser reforçada a representação dos professores e educadores no órgão de direcção das escolas e agrupamentos;

- A eleição do órgão de gestão tem que voltar a ser recentrada na comunidade escolar por forma a seja o resultado da vontade dos professores, dos trabalhadores não docentes e representantes dos alunos e pais;

- O conselho pedagógico tem que retomar o seu papel central na vida quotidiana das escolas.

Nestas cinco questões não está consagrado o modelo de direcção e gestão das escolas que a FENPROF construiu no debate com os professores e órgãos de gestão das escolas e agrupamentos (consultar em www.fenprof.pt). Trata-se unicamente de "um programa mínimo" que

o Governo ou a Assembleia da República têm que assumir por forma a responder ao protesto e à luta dos professores.

Trata-se de recentrar a direcção e gestão nas escolas e no seu quotidiano.

Há uns tempos escrevemos no Jornal da FENPROF sobre os reais objectivos do Governo neste domínio – "formatar as escolas, todas as escolas, criar uma rígida cadeia hierárquica de comando de tipo militar, formatar a actividade docente, criar as condições logísticas e organizativas para aplicar outras medidas (categorias, avaliação burocrática do desempenho, o fim dos concursos nacionais, funcionamento do sistema educativo a reboque dos interesses dos grandes empresários, imposição de horários incompatíveis com o exercício da profissão, atribuição aos docentes do papel de "pau para toda a colher ...)".

Este modelo de direcção e gestão das escolas, imposto por J. Sócrates e Lurdes Rodrigues, é uma das mais importantes peças da reconfiguração da escola e da profissão docente que esteve em curso nos últimos quatro anos.

Trata-se de uma medida que o Governo derrotado em Setembro considerava (considera) estratégica. Pois!... E para os professores e educadores também se trata de uma medida central. Também por isso estivemos na rua nos últimos meses e anos...! ■

Ou ages, ou aceitas a sobrecarga!

De nada valem os lamentos se não estivermos dispostos a agir. Na prática, seremos nós próprios a aceitar e a contribuir para a sobrecarga de que nos queixamos.

JOÃO LOUCEIRO
(Membro do Secretariado Nacional da FENPROF)



A sobrecarga de trabalho é uma queixa dos professores, indiscutivelmente generalizada e justa. Há diferentes factores que a têm agravado. As regras para a organização dos horários de trabalho são um deles. É responsabilidade indeclinável de cada um(a) agir pela correcção imediata de ilegalidades, contra os atropelos que agravam as próprias disposições legais e tendo em vista a necessidade de pressão para que o caminho de assalto aos horários de trabalho dos professores seja invertido. A qualidade do que queremos fazer, mas também o próprio equilíbrio pessoal, tantas vezes ameaçados pela referida sobrecarga, exigem o fim da passividade que muitos vão arrastando neste campo.

A anterior equipa do Ministério da Educação promoveu um irresponsável assalto ao trabalho docente, nomeadamente por via da sobrecarga do seu conteúdo e da imposição de regras asfixiantes para a elaboração dos horários de trabalho. Esse caminho teve um momento de parcial travagem com a publicação do Despacho n.º 19.117/2008, de 17 de Julho. Por pressão da luta dos professores, o normativo, já em vigor no ano lectivo transacto, dispõe sobre alguns aspectos relevantes da organização dos horários. Apesar disso, é preciso dizê-lo, os professores pouco se têm valido das novidades introduzidas pelo despacho. Isto não pode continuar!

Ilustremos...

No normativo citado surge, entre outras, uma importantíssima regra: **um limite mínimo de horas no horário**

que têm de ficar disponíveis para que os professores desenvolvam a parte individual do seu trabalho. Só quem desconhece ou despreza o trabalho docente não percebe a importância desta dimensão das obrigações dos professores. **Oito, dez ou onze horas foram limites mínimos** (repito, mínimos!), definidos no despacho para tal efeito.

Como há imprevistos que, manifestamente, não podem ser acautelados desde início do ano, o despacho ainda prevê que dessa "área" do horário possam ter de sair horas para reuniões... Mas a leitura do despacho clarifica: esta possibilidade destina-se, apenas (repito, apenas!) a reuniões de carácter ocasional.

Ora, não é isto que se passa com a esmagadora maioria dos professores e educadores. **Regra geral, são erradamente consideradas como ocasionais todas as reuniões... e mais alguma!** E afinal estas nada têm de ocasional: estão previstas e agendadas; fazem parte da normal organização do trabalho nas escolas e agrupamentos; não resultam de um qualquer incidente ou acontecimento que obriga à marcação extraordinária e urgente de mais uma qualquer reunião! Não são ocasionais.

Os docentes estão obrigados à participação nas reuniões para que são convocados. Mas como a esmagadora maioria das reuniões em que participam não têm mesmo carácter ocasional, verifica-se que estão obrigados a ir buscar horas para o fazer onde não deviam e a Lei não indica: ou à componente para trabalho individual,

contrariando o que está no despacho e ameaçando a qualidade do seu trabalho; ou, não sendo assim, indo buscar horas para além das 35 de duração semanal do horário de trabalho a que legalmente estão obrigados. **Não pode continuar assim, mas para isso precisamos de fazer bem mais do que nos queixarmos da crescente sobrecarga...**

Este é só um exemplo, mas um bom exemplo, para percebermos algo que os professores deveriam estar a fazer com carácter sistemático desde o ano passado. Sempre que os docentes são chamados a reuniões que não são ocasionais - quase todas, colegas! - têm uma oportunidade de reagir, exigindo a reposição da legalidade e, ao mesmo tempo, fazendo uma importantíssima pressão para que sejam revistas as estúpidas regras de organização dos horários impostas pela anterior equipa ministerial.

A FENPROF reeditou em versão melhorada um documento sobre as questões da organização dos horários. Nele são expostas outras situações a que os professores devem estar atentos; são mais alguns aspectos da sobrecarga que dificulta o trabalho docente e que degrada, muito para além do admissível, a qualidade de vida dos professores. O documento pode ser consultado, também, em www.fenprof.pt e dá preciosas orientações para que cada um(a) faça o que é seu dever: **agir em defesa do seu horário de trabalho.**

É que não bastam lamentações: **o importante é mesmo agir.** ■

Rankings de escolas: E assim se promove o ensino privado...

No dia em que são divulgados mais uns rankings de escolas, a FENPROF reafirma a sua forte contestação à elaboração destas listas, que considera redutoras, injustas e perversas. A FENPROF repudia ainda a forma despudorada como por esta via se procura promover o ensino privado, colocando em causa, irresponsavelmente, o muito e bom trabalho que se faz na escola pública.

É inaceitável falar das "melhores" e das "piores" escolas, tendo apenas em conta os resultados dos alunos em exames

nacionais. Não é possível avaliar uma escola a partir de uma única variável - ignorando o contexto em que se insere, os alunos que a frequentam, os recursos de que dispõe e os projectos que realiza. Também não é legítimo comparar escolas cujas realidades educativas são diferentes - escolas privadas que seleccionam criteriosamente os seus alunos (alunos esses que pretendem, na sua quase totalidade, prosseguir estudos e estão por isso altamente motivados para obter bons resultados) com escolas públicas, frequentadas por grupos heterogêneos de alunos, com diversas condições sócio-económicas e culturais e com motivações muito diferentes.

A FENPROF lamenta ainda que os rankings de escolas tenham sido introduzidos em Portugal numa altura em que outros países desistiam deles, por considerarem os seus efeitos negativos para o sistema de ensino. No Reino Unido, por exemplo, esta prática foi abandonada

na Escócia, no País de Gales e na Irlanda do Norte, subsistindo apenas em Inglaterra, onde, neste preciso momento, decorre uma forte campanha contra a sua manutenção. Nesta campanha estão envolvidas várias entidades, nomeadamente os sindicatos dos professores e os directores das escolas. Recordar-se que na República da Irlanda foi o Supremo Tribunal que não permitiu a divulgação destes dados, por a considerar contrária ao interesse nacional.

Por cá, vamos assistindo, ano após ano, a este simulacro de avaliação das escolas, num jogo com regras viciadas, em que a principal mensagem veiculada é que em Portugal as melhores escolas são as privadas. Assim se põe levemente em causa todo o trabalho que professores e alunos desenvolvem quotidianamente na escola pública.

Até quando e em nome de quê, ou de quem?! | O Secretariado Nacional ■



João Cunha Serra, Coordenador Nacional do Ensino Superior da FENPROF na concentração em frente à AR, no dia 3 de Junho de 2009

Convocado um Encontro de Docentes do sector para 11 de Novembro

FENPROF insiste na necessidade de alteração do regime transitório no Politécnico

No passado dia 15 de Outubro, realizou-se em Coimbra, nas instalações do Instituto Superior de Engenharia, uma reunião entre representações da FENPROF, do SNESup e dos docentes das escolas do Politécnico onde mais se fez sentir a contestação ao regime de transição para a nova carreira docente aprovado pelo Governo, com a oposição da FENPROF.

Nesta reunião, a FENPROF reafirmou a sua determinação em lutar para que venham a ser consagradas soluções que permitam a integração na carreira

dos docentes a desempenhar funções permanentes nas suas escolas, nelas trabalhando em regime de tempo integral ou em dedicação exclusiva, sem ser exclusivamente por concursos.

Encontram-se em causa, em particular, docentes que já se dedicam às suas escolas por vezes há mais de 10 ou 20 anos, com contratos precários, muitos dos quais detentores do mestrado e do doutoramento, ou em fase de candidatura a este grau.

Foi acordado realizar um Encontro de Docentes do Politécnico para debater esta

questão e contribuir para a mobilização, que está marcado para dia 11/11 e para o qual todos os Grupos Parlamentares foram convocados.

A FENPROF trabalhará para que esta luta se processe num clima da maior unidade possível, por forma a aumentar as probabilidades do seu êxito, seja junto do Governo, seja junto da Assembleia da República, instância que se irá debruçar sobre a questão a partir da figura da reapreciação parlamentar do diploma. | JCS ■

Financiamento do Ensino Superior Público

Uma questão de opção política...

NUNO FERREIRA RILO (Professor Auxiliar da FCTUC, Conselheiro Nacional da FENPROF)

Oportunamente, a Universidade de Lisboa promoveu nos dias 12 e 13 de Outubro uma conferência sobre o financiamento do Ensino Superior para a qual convidou alguns especialistas estrangeiros e nacionais que abordaram este tema sob múltiplos aspectos nomeadamente os modelos e formas de financiamento, a autonomia, a regulação pública, o impacto de Bolonha

No momento da formação de um novo governo e de quem, também, se esperam novas políticas de financiamento e de relação entre o Ministério e as Universidades e Politécnicos, apresentam-se aqui alguns aspectos que achamos que é importante considerar para o futuro.

Investir no Ensino Superior

Primeiro, consideramos que é necessário inverter a política de sub-financiamento do ensino superior público, reforçando os orçamentos e devolvendo os 11% retirados para a CGA. De facto, relativamente às Universidades e Politécnicos o financiamento pelo Orçamento do Estado sofreu um importante corte, tendo atingido, a preços constantes de 2005, para anular o aumento de preços, -305,6 milhões de euros, o que corresponde a uma redução de 18,7%, entre 2005 e 2008.

De acordo com o recente relatório da OCDE "Education at a Glance 2009", a despesa anual em instituições por estudante, para todos os serviços em Portugal, foi, em 2006, de 9.724 USD e 7.208 USD, enquanto na OCDE foi 15.791 USD e 13.163 USD, respectivamente incluindo I&D (Investigação e Desenvolvimento) e excluindo I&D. Em termos absolutos, o nosso país gasta

menos do que os países da OCDE, sendo um dos países da Comunidade Europeia a 19 que menos despesa faz. Por sua vez, em termos relativos, a nossa despesa pública com Ensino Superior foi 2.2 % da despesa pública total (2006) e 1% do PIB, enquanto a OCDE gastou 3.1% e 1.3%, respectivamente. Como se constata, o valor nacional da despesa do Estado no Ensino Superior foi dos mais baixos da União Europeia e da OCDE, quer em relação à despesa pública total, quer em relação à riqueza nacional criada anualmente, medida pelo PIB.

Ainda que se argumente com algum crescimento do orçamento global do ministério, lembramos que ele foi essencialmente executado em cada Universidade e Politécnico e na FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, onde uma boa parte tem sido absorvida pelos célebres acordos com Universidades Americanas. Não é aceitável que o apoio à ciência se faça à custa de um corte violento no financiamento do ensino superior. O apoio à Ciência será menos eficaz se o ensino superior não for também apoiado.

Por outro lado, a necessidade de elevar a nossa taxa de escolaridade no ensino superior e o seu desenvolvimento exige um esforço para aproximar progressivamente a nossa taxa da média dos países da OCDE.

Financiamento plurianual e igualdade de tratamento de todas as escolas públicas

Outro aspecto importante e que constitui uma velha aspiração, sucessivamente frustrada, de amplos sectores do Ensino Superior é o financiamento plurianual de todas as instituições públicas com

critérios que devem atender à satisfação das necessidades permanentes, à qualidade e às necessidades do seu desenvolvimento.



“A necessidade de elevar a nossa taxa de escolaridade no ensino superior e o seu desenvolvimento exige um esforço para aliviar esta barreira e auxiliar com uma acção social mais efectiva e justa os estudantes com origem nas famílias de rendimentos mais baixos.”

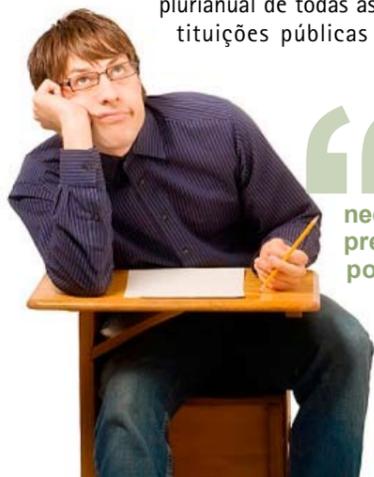
critérios que devem atender à satisfação das necessidades permanentes, à qualidade e às necessidades do seu desenvolvimento.

Torna-se ainda pertinente, neste momento, exigir igualdade de tratamento entre instituições públicas de direito público e fundações públicas de direito privado, em especial no que se refere ao financiamento. É inaceitável que sejam atribuídos contratos plurianuais apenas às fundações, como já sucedeu com a da Universidade do Porto, que já viu aprovados 100 milhões, em 5 anos. Os contratos-programa não deverão depender da natureza jurídica das instituições públicas mas sim da sua qualidade e das necessidades do seu desenvolvimento.

Hoje as propinas são uma barreira à expansão da frequência do Ensino Superior

Com o argumento da crise financeira actual, em particular as opiniões mais neoliberais, propõe-se, com insistência, que é preciso aumentar a participação das famílias por via das propinas e dos empréstimos, além da fé no financiamento voluntário de antigos estudantes. Então pergunta-se qual é o nível actual relativo do peso das propinas entre os países da OCDE?

“Com o argumento da crise financeira actual, em particular as opiniões mais neoliberais, propõe-se, com insistência, que é preciso aumentar a participação das famílias por via das propinas e dos empréstimos, além da fé no financiamento voluntário de antigos estudantes.”



Assim, a necessidade de elevar a nossa taxa de escolaridade no ensino superior e o seu desenvolvimento exige um esforço para aliviar esta barreira e auxiliar com uma acção social mais efectiva e justa os estudantes com origem nas famílias de rendimentos mais baixos.

Há recursos financeiros para aumentar o orçamento do Ensino Superior Público

Finalmente uma nota sobre aquele argumento que também é frequentemente invocado; a insuficiência de recursos orçamentais do Estado para assegurar esta função de dotar a sociedade de um sistema adequado e desenvolvido de Ensino Superior. Segundo os Relatórios dos Orçamentos de Estado, no período 2005-2009, ou seja, com o passado Governo de José Sócrates, prevê-se que o Estado tenha perdido 13.739,1 milhões de euros de receitas fiscais devido

aos benefícios fiscais. Deste total, 71,8%, ou seja, 9.861,6 milhões de euros, têm como origem benefícios concedidos a nível do IRC, isto é, às empresas, e apenas 16,8% têm como origem benefícios no IRS, portanto benefícios fiscais concedidos às pessoas. E como tudo isto já não fosse elucidativo das opções políticas tomadas, em 2008 a taxa efectiva de imposto paga pela banca é apenas de 13%, inferior à de 2007 que foi de 13,6%. Se a banca tivesse pago, pelo menos, a taxa legal (25% de IRC mais 1,5% de derrama para a autarquias), ela teria pago em 2007 mais 366 milhões de euros de imposto sobre lucros e, em 2008, mais 318 milhões de euros, o que somado dá 684 milhões de euros.

Concluindo, é possível uma nova política de financiamento adequado e de bom relacionamento institucional entre o Ministério e as Universidades e Politécnicos, é somente uma questão de opção política. ■

«Os outros», «lá fora», também assim procedem...

A consideração das *políticas* no que diz respeito ao financiamento do ensino superior público não pode, na verdade, quando o exame da questão baixa aos alicerces do edifício, fazer por inteiro abstracção da *política* que comanda os assuntos do nosso viver comunitário.

E na radicalidade desta pendência, só não percebe quem não quer perceber o valor efectivo, e a função almejada, do cansado (e cansativo) argumentário da invocada autoridade exógena - que, inclusivamente, nem sempre a realidade corrobora -, de acordo com o qual as coisas têm fatalmente que passar-se assim, porque «os outros», «lá fora», também assim procedem, e, por isso, há que acompanhar o andar da procissão...

De facto, o óbice não reside propriamente em a Maria ir com as outras, mas na direcção que o rancho cantarolando segue.

Uma luta a travar num quadro democrático de cidadania esclarecida e interveniente

Por detrás da necessária discussão técnica das *políticas* - em que, de certo, não vale tudo, nem tudo se equivale - aquilo que verdadeiramente está em causa é a luta em torno da *política*. Esta luta, obviamente, é no terreno social e *político* que terá, de um modo primordial, que ser travada, num quadro *democrático* de cidadania esclarecida e interveniente. ■

Professor José Barata-Moura (Universidade de Lisboa)
“Das *Políticas* de Financiamento do Ensino Superior à *Política* do Financiamento do Ensino Superior Público”

(Conferência internacional “O Financiamento do Ensino Superior: a crise actual e perspectivas de futuro”, Lisboa, 12/10/2009)



“Para construir o futuro, é preciso investir nos professores. Agora!”

As intervenções de António Nóvoa, Reitor da Universidade de Lisboa, e de Mário Nogueira, Secretário Geral da FENPROF, foram os momentos altos da sessão pública realizada no passado dia 5 de Outubro, no auditório da centenária Escola Secundária de Camões, em Lisboa. A iniciativa, que registou casa cheia e foi destacada no site da Internacional de Educação, integrou-se nas comemorações do Dia Mundial do Professor. Na altura foi inaugurada a exposição “*Dignificar a profissão, valorizar a escola pública: A luta dos professores portugueses*”, que está a percorrer o País, dando a conhecer aspectos muito importantes do que tem sido a extraordinária luta dos docentes portugueses.

A sessão foi presidida por António Avelãs, Presidente da Direcção do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL), que realçou o significado duplo do 5 de Outubro:

como Dia Mundial dos Professores, comemorado em todos os continentes, e como data em destaque no calendário histórico do nosso país, o que justificou um sentido “Viva a República!” no auditório da Secundária de Camões.

Também presentes na Mesa, além de Mário Nogueira e de António Nóvoa, Abel Macedo (SPN), Anabela Sotaia (SPRC) e Joaquim Páscoa (SPZS).

Mário Nogueira:



Lema do Dia Mundial do Professor é um “recado”...

Na sua intervenção, o Secretário Geral da FENPROF declarou: “O lema este ano escolhido pela UNESCO

e pela Internacional de Educação para assinalar o Dia Mundial dos Professores constitui um óptimo “recado” também para o nosso país, sendo, no entanto, e infelizmente um “recado” para tantos e tantos outros países em que ainda não se compreendeu que o futuro passa por uma forte aposta e um forte investimento na Educação onde, naturalmente, os professores e educadores são protagonistas, isto é, como dizemos há muito tempo, são os principais actores de mudança. Um lema que, recorde, diz que “Para construir o

futuro, é preciso investir nos professores agora!”.

E acrescentou:

“É, de facto, oportuno este lema e, principalmente, é importante que o poder político e, de uma forma mais geral, toda a sociedade o conheçam, o tomem em boa conta e, sobre ele, reflectam.

“É uma consigna importante também para Portugal porque, neste país, o que se passou ao longo da Legislatura cessante e, em especial, nos últimos dois anos, foi de uma grande violência para os professores que viram postos em causa traços essenciais da matriz que define a sua identidade profissional, na sequência de políticas e de práticas desenvolvidas por um governo que não os valorizou, não os respeitou e, tendo-os declarado uma classe de privilegiados, desde cedo desenvolveu uma campanha junto da opinião pública que só por não ter conseguido o acolhimento desejado não teve, também, consequências tão negativas como as que se chegaram a temer.”

Revisão do ECD

Mário Nogueira lembrou ainda:

“Pedra de toque dessa política que desvalorizou a profissão e a carreira dos docentes foi a revisão do Estatuto da Carreira Docente, que impôs o inadequado e incoerente regime de avaliação que ainda vigora, que dividiu os professores em profissionais de primeira e de segunda categoria, que não teve em conta a especificidade do exercício

da profissão docente, como resulta claro das regras que definem a organização dos horários de trabalho ou de um insuportável regime de aposentação que está a levar milhares de docentes a saírem mais cedo da profissão, penalizados, mas incapazes de chegarem ao limite que lhes foi imposto”.

Depois de afirmar que “este novo estatuto que o Governo, autocraticamente, impôs, foi justificado como fazendo parte de um novo paradigma educativo (é verdade, um paradigma que desrespeita os profissionais, a profissão e põe em causa a sua profissionalidade)”, Mário Nogueira observou:

“Como escrevemos no Livro Negro das Políticas Educativas do XVII Governo Constitucional, a escola preconizada pela Lei de Bases do Sistema Educativo exige profissionais responsáveis, reflexivos e solidários, capazes de, quotidianamente, reinventarem as suas práticas num esforço permanente e partilhado. Mas o que realmente aconteceu, é que o Ministério da Educação e o Governo que agora cessam funções, procuraram tutelá-los como meros agentes administrativos, reduzindo a função docente a uma prática normalizada, ritualizada, susceptível de ser comandada à distância por decisores políticos e julgada por pretensos juizes alegadamente escolhidos entre os pares.”

“É, esse sim, o novo paradigma em que assenta o chamado “ECD do ME”, cujo conteúdo visa, precisamente, transformar os professores em operadores acrílicos de verdadeiras linhas de montagem em que estão a ser transformadas as escolas portuguesas - como justificamos no Livro Negro - esperando-se, apenas, como em qualquer linha de montagem, que coloquem a peça exacta no sítio certo, dispensando-se qualquer exercício de criatividade, aliás, inviabilizado pelas longas horas de trabalho

burocrático e de enfadonhas reuniões que se abatem sobre os professores.”

40.000 professores e educadores sem direito a uma carreira

E prosseguiu Mário Nogueira:

“Mas se é assim em relação a um Estatuto da Carreira Docente que queremos ver rapidamente substituído, é assim, igualmente, com outros aspectos que se encontram em conexão com este ECD, tais como a formação de professores, em todas as suas modalidades, que continua a não merecer a intervenção adequada que a qualifique (e a prova disso foi a eliminação dos estágios pedagógicos, o novo modelo de formação de docentes para o 2.º Ciclo do Ensino Básico ou o que não está a acontecer com a formação contínua de docentes), o novo regime de gestão das escolas que afasta os professores dos seus centros de decisão, a organização e distribuição do serviço docente, a relação laboral, hoje cada vez mais precária devido à aplicação de regras que permitem o aumento da discricionariedade, das pressões administrativas e das ameaças de desemprego, já para não falar do facto de cerca de 40.000 professores e educadores - de um conjunto que inclui os colocados pelo ME, pelas escolas e, também, os que trabalham nas AEC - não terem direito a uma carreira.”

Semana do Trabalho Digno

O Secretário Geral da FENPROF registou também a recente realização no nosso País, e por iniciativa da CGTP-IN, da Semana do Trabalho Digno. E sublinhou a propósito: “Não poderia a FENPROF deixar de estar associada a esta semana, ainda mais num momento em que as condições em que muitos professores exercem funções no

nosso país - a recibo verde, sem carreira, em situação de grande precariedade - são, efectivamente, indignas”.

“Este País está, de facto, pior no que respeita às relações laborais, sobretudo devido à imposição de um Código de Trabalho e de novos diplomas legais impostos à Administração Pública sobre carreiras, vínculos e salários, não sendo, por isso, possível que nos calemos e resignemos. Não será assim, e no sector dos professores, não será certamente, assumindo-se a FENPROF como a voz principal neste combate”, afirmou.

“E é por isso que defendermos a eliminação da divisão da carreira docente...”

“Nunca a FENPROF encarou as questões dos professores numa perspectiva corporativa, nem tal faria sentido numa organização com os princípios e uma ética democrática como a FENPROF”, salientou mais adiante.

“E é, por isso”, acrescentou, “que ao defendermos a eliminação da divisão da carreira docente, sabemos que ao acabarmos com a desorganização que essa medida introduziu nas escolas e com os conflitos que fez estalar, estamos a contribuir para que melhore o desempenho dos professores, se criem melhores condições para o seu exercício profissional, se favoreçam as aprendizagens dos alunos. E o mesmo acontece quando, por exemplo, exigimos a substituição do actual modelo de avaliação de professores. Por não ter uma matriz formativa, este modelo não serve para nada que seja útil à escola, aos professores e aos alunos. Serve apenas aos burocratas e ao Ministério das Finanças que, com ele, controlam melhor os ritmos de progressão dos docentes na sua carreira. Não é dessa forma que se promove a qualidade do ensino, pelo



A iniciativa da FENPROF de 5 de Outubro, que teve lugar no Auditório da centenária Escola Secundária de Camões, em Lisboa, e que integrou as comemorações do Dia Mundial do Professor, registou casa cheia

contrário, assim só se introduzem desânimos e desencantos profissionais, cujas consequências me escuso de referir..."

Novo Governo "terá, obrigatoriamente, de estar aberto ao diálogo social e político e essa é uma novidade importante"

Proseguiu Mário Nogueira: "Estamos a iniciar um novo ciclo político, cujo quadro, para ficar completamente esclarecido, se completa no próximo domingo com as eleições autárquicas. Mas há um aspecto, deveras o mais importante, que já se conhece e para o qual os professores deram um excelente e extraordinário contributo: na Legislatura que se inicia não há nenhum partido que, por si só, tenha maioria absoluta para governar. Terá, obrigatoriamente, de estar aberto ao diálogo social e político e essa é uma novidade importante, depois de quatro anos e meio em que diálogo e negociação não passaram de uma miragem."

Depois de afirmar que "com um Governo que terá de negociar e um Parlamento que ganha protagonismo, é possível encarar o

futuro com mais optimismo e os professores estão a encará-lo dessa forma", realçou:

"As nossas lutas permitiram que a Educação e os professores entrassem no núcleo central do discurso político nos últimos tempos; porque esses tempos têm sido de campanha eleitoral, os partidos políticos assumiram compromissos com os professores e o próprio partido do governo teve de reconhecer erros cometidos; é agora o tempo - e os professores esperam que assim seja - de honrar os compromissos."

Duas medidas urgentes

"É necessário, em primeiro lugar, um sinal claro que seja um forte e inequívoco indicador de mudança. Pelo que foi dito por aqueles que garantiram, nas eleições legislativas, a maioria parlamentar, há duas medidas que, sem dúvida, deverão ser tomadas de imediato - e serão elas esse importante sinal: suspender a avaliação de desempenho (criando um regime transitório aplicável enquanto não estiver definido um novo modelo) e acabar com a divisão da carreira docente",

esclareceu o dirigente da FENPROF, que acrescentou:

"Depois, sendo esses os desafios para o primeiro período lectivo, há que negociar o regime transitório de avaliação para que não se caia no vazio; há que corrigir os abusos e repor a legalidade nos horários dos docentes, para além de se reorganizar a sua componente não lectiva; há que garantir a realização de um novo concurso no próximo ano que acabe com a bagunça instalada na contratação, voltando ao modelo de colocações cíclicas, e que permita a abertura do número de vagas de quadro adequado às necessidades das escolas; há que regularizar o regime de contratação de docentes para as AEC; há que respeitar os direitos sindicais dos professores, conquista de todos os trabalhadores em 25 de Abril de 1974 e que 35 anos depois o Governo cessante pôs em causa."

Há muito mais a fazer

"Por fim, e para o resto do ano lectivo, há muito mais a fazer: rever o ECD, como já afirmei; voltar a democratizar a gestão das escolas; alterar o regime imposto de

Exposição "Dignificar a profissão, valorizar a escola pública: A luta dos professores portugueses" está a percorrer o País



Educação Especial que não deixa a escola portuguesa ser verdadeiramente inclusiva; revogar o diploma que municipaliza o ensino básico e a educação pré-escolar; aprovar regras de acção social escolar que sejam realmente eficazes e garantir a gratuidade prevista na Constituição da

República Portuguesa para uma escolaridade obrigatória que passará a ter 12 anos; rever a lei de financiamento do ensino superior que constitui uma sobrecarga para as famílias e lança as instituições para inevitáveis caminhos de privatização...", lembrou.

Cumpriremos o nosso papel

"Há muito para fazer, é claro. Por parte da FENPROF cumpriremos o nosso papel apresentando propostas sobre todas as matérias que sejam exequíveis e correspondam às que consideramos serem as necessidades



António Nóvoa: "O regresso dos Professores"

"Estamos a assistir, nos últimos anos, a um regresso dos professores e à afirmação da profissão docente, depois de quase quatro décadas de relativa invisibilidade", começou por referir António Nóvoa, que retomou e actualizou no auditório da Secundária de Camões os "desafios" da conferência que realizou a pedido da União Europeia, em Setembro de 2007.*

"É certo que a sua importância dos professores e do seu trabalho nunca esteve em causa, mas os olhares viraram-se para outros problemas e preocupações: nos anos 70, foi o tempo da racionalização do ensino, da pedagogia por objectivos, do esforço para prever, planificar, controlar; depois, nos anos 80, assistimos a grandes reformas educativas, centradas na estrutura dos sistemas escolares e, muito particularmente, na engenharia do currículo; nos anos 90, dedicou-se uma

atenção especial às organizações escolares, ao seu funcionamento, administração e gestão", lembrou o Reitor da Universidade de Lisboa, que caracterizou aqueles períodos como momentos de diminuição da capacidade de intervenção da profissão docente e de substituição dos professores por "novas ferramentas".

Entretanto, no início deste século XXI, realça Nóvoa, começa a notar-se a necessidade de "dar uma nova centralidade à profissão docente".

"Quatro ideias muito simples" apontadas à valorização da profissão

Mais adiante, o prestigiado investigador deixou à apreciação da assistência "quatro ideias muito simples" apontadas à valorização da profissão docente.

A primeira: "é preciso passar a formação de professores para dentro da profissão", é preciso reforçar "a interven-

ção da profissão na formação dos seus profissionais".

A segunda: "é preciso promover novos modelos de organização da profissão". Nóvoa destacou a importância da cultura profissional e afirmou, a propósito, como exemplo, que a profissão integra mal os jovens profissionais na profissão ("por vezes, são para eles os piores horários, as piores turmas e as piores escolas"). Realçou a importância do trabalho de equipa, observando a dado passo:

"Grande parte dos discursos torna-se irrealizável se a profissão continuar marcada por fortes tradições individualistas ou por rígidas regulações externas, designadamente burocráticas, que se têm acentuado nos últimos anos. A colegialidade, a partilha e as culturas colaborativas não se impõem por via administrativa ou por decisão superior. Mas o exemplo de outras profissões, como os médicos, os engenheiros ou os arquitectos, pode inspirar os professores. O modo como construíram parcerias entre o mundo

profissional e o mundo universitário, como criaram formas de integração dos mais jovens, como concederam uma grande centralidade aos profissionais mais prestigiados ou como se dispuseram a prestar contas públicas do seu trabalho são exemplos para os quais vale a pena olhar com atenção."

Segundo o Reitor da UL, há entre os professores portugueses "uma forte identidade sindical", mas a cultura profissional "é ainda frágil". Matérias fundamentais como a nova concepção de escola, a cultura colaborativa, capaz de introduzir dinâmicas de diferenciação, e as referências profissionais marcaram, nesta fase, a intervenção de António Nóvoa, atentamente seguida pelo auditório.

A terceira: é a avaliação, abordada na perspectiva de elemento central, pilar da afirmação das profissões, relacionado com os itens de confiança, credibilidade e prestígio. Nóvoa deixou, nesta matéria, uma crítica contundente às "práticas empobrecedoras" de avaliação. Depois de caracterizar três formas possíveis de avaliação (inter-pares, como sucede no Ensino Superior; externa, realizada pelos "experts"; e de mecanismos hierárquicos), o Reitor da Universidade de Lisboa manifestou-se a favor da primeira, afirmando a propósito: "Devem ser os professores a

ocupar este espaço. Se não, serão outros a fazê-lo".

A quarta: é preciso reforçar a presença pessoal e pública dos professores. "Há que dinamizar a capacidade de intervir publicamente", sublinhou António Nóvoa. "É ainda frágil a intervenção dos professores no debate sobre as questões da Educação". Depois, deu um exemplo significativo e deixou um desafio:

Nos jornais "fala-se muito das escolas e dos professores. Falam os jornalistas, os colunistas, os universitários, os especialistas. Mas há uma ausência dos professores, uma espécie de silêncio de uma profissão que perdeu visibilidade no espaço público. É necessário que os professores também marquem presença, é necessário que os professores também aqui intervenham mais".

A força de uma profissão define-se, em grande parte, pela sua capacidade de comunicação com o público

"Hoje, impõe-se uma abertura dos professores ao exterior. Comunicar com a sociedade é também responder perante a sociedade. Possivelmente, a profissão tornar-se-á mais vulnerável, mas esta é a condição necessária para a afirmação do

seu prestígio e do seu estatuto social. Nas sociedades contemporâneas, a força de uma profissão define-se, em grande parte, pela sua capacidade de comunicação com o público", observou.

Nos momentos finais da sua intervenção, Nóvoa associou a revalorização da cultura escolar e a redefinição de escola a uma visão de futuro e destacou que a cultura escolar tem que estar sempre em sintonia com a ideia de mobilidade social (a escola tem que assegurar essa mobilidade), alertando para a necessidade de construir uma escola centrada na aprendizagem: não basta estar na escola, é preciso que todos aprendam na escola!

"Os tempos actuais não são fáceis", as últimas décadas foram marcadas por políticas de regulação e de burocratização do trabalho docente, mas "vivemos um momento histórico". Em que devemos viver e intervir com dinamismo, frisou o Reitor António Nóvoa, recordando Paulo Freire e a pedagogia da esperança. ■

*Iniciativa da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (Conferência subordinada ao tema "Desenvolvimento profissional de professores para a qualidade e para a equidade da Aprendizagem ao longo da Vida", Lisboa, Parque das Nações, Pavilhão Atlântico, Sala Nónio, 27 e 28 de Setembro de 2007). A intervenção do Reitor da UL tinha como título "O regresso dos professores"

das escolas, dos professores e da Educação. Propostas que exigirão investimento, é certo, mas é precisamente de falta de investimento na Educação que a OCDE acusou, há poucas semanas, o nosso País e é de investimento que a UNESCO e a Internacional de Educação (IE) decidiram falar neste Dia Mundial dos Professores”, apontou o Secretário Geral da FENPROF.

Reuniões com os grupos parlamentares

“Com as nossas propostas, que compilámos na Carta Reivindicativa dos Professores e Educadores Portugueses, reuniremos com os partidos políticos e com as novas equipas do Ministério da Educação e do Ministério do Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e procuraremos soluções de compromisso para os problemas que queremos ver solucionados”, destacou Mário Nogueira.

“Com os professores, continuaremos a pressão sobre o poder político, não apenas procurando ver cumpridos os compromissos assumidos, mas intervindo e agindo para que se tomem medidas que são indispensáveis mas que contingências políticas, administrativas e financeiras têm vindo a adiar”, garantiu o dirigente sindical.

É necessário que nos deixem ser professores

“Estamos certos de que os novos tempos serão tempos de novas políticas e de novas práticas; estamos certos de que, como afirmámos quando o ECD do ME nos foi imposto, as trevas não duram para sempre; estamos certos que neste novo tempo, mais exigente, mas também mais desafiador, nós professores e educadores, porque amamos a nossa profissão e exercemo-la apaixonadamente, não iremos baixar os braços e continuaremos a dizer que queremos dar um rosto ao futuro...mas para que este nosso desejo se concretize é necessário, no presente, que nos deixem ser professores. É apenas essa a exigência que fazemos, mas não é menor, pois foi ela que nos trouxe a quase todos para rua, para a luta, para a afirmação pública da Profissão de Professor como uma profissão de futuro”, concluiu Mário Nogueira.

A sessão terminou com o Hino da FENPROF. [JPO ■

Para a nova revisão do CCT, queremos o seu contributo!

O Contrato Colectivo de Trabalho (CCT) que se aplica aos docentes dos estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo resultou de um acordo estabelecido entre a FENPROF e a AEEP em Fevereiro de 2007, estando o clausulado geral publicado no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE) n.º 11, de 22 de Março de 2007 (páginas 614 a 655).

JOSÉ MANUEL COSTA (Membro do Secretariado Nacional da FENPROF)

Posteriormente, nos anos de 2008 e 2009, e embora a AEEP tenha chegado a apresentar uma proposta de estrutura da carreira que previa uma alteração radical do paradigma da mesma – previa uma carreira fracturada, com categorias hierarquizadas, semelhante à que existe no ensino público –, FENPROF e AEEP apenas acordaram alterações às Tabelas Salariais e, necessariamente, às cláusulas de expressão pecuniária, as quais estão publicadas no BTE n.º 13, de 8 de Abril de 2009 (páginas 1080 a 1091). Sem prejuízo de se aconselhar a consulta do referido BTE, aqui se divulgam as cinco principais Tabelas, A, B, C, D e E, que, no total, abrangem a esmagadora maioria dos docentes.

Novo processo negocial

Num futuro próximo, está prevista a iniciação de mais um processo negocial entre a AEEP e a FENPROF, visando a revisão não apenas das tabelas e cláusulas com incidência pecuniária, mas, também, do próprio clausulado geral do CCT.

Aliás, e porque consideramos que é necessário um instrumento de regulamen-

tação do trabalho que responda de forma mais correcta, coerente e equilibrada entre docentes e empregadores, aproveitamos estas linhas para reiterar um pedido já antes feito por carta enviada a cada sócio deste sector de ensino, a solicitar o seu contributo.

Porque está em causa uma revisão mais profunda do texto em vigor, e atendendo aos relatos de situações de conflito que nos os nossos associados nos têm feito chegar, é de todo conveniente uma participação tão alargada quanto possível.

Assim, caro colega, pedimos a sua colaboração no sentido de pôr a sua própria experiência profissional, as suas ideias, os seus comentários ou as suas propostas concretas de alteração ou de inclusão de novas matérias, ao serviço de um texto final que, desejamos, possa, como dissemos acima, responder melhor à realidade e aos problemas que marcam o quotidiano dos docentes do Ensino Particular e Cooperativo.

Todos os contributos devem ser enviados para o mail geral da FENPROF – fenprof@fenprof.pt – ou para o Sindicato de que seja associado, sob o assunto Revisão do CCT do Ensino Particular e Cooperativo. ■

CATEGORIA A
PROFESSORES LICENCIADOS
E PROFISSIONALIZADOS

TEMPO DE SERVIÇO	NÍVEL		VALOR HORA SEMANAL
0 anos	A11	€ 847,27	€ 38,51
1 ano	A10	€1015,49	€ 46,16
2 anos	A9	€1185,77	€ 53,90
3 anos	A8	€ 1 367,29	€ 62,15
4 anos			
5 anos			
6 anos			
7 anos	A7	€ 1 481,82	€ 67,36
8 anos			
9 anos			
10 anos			
11 anos	A6	€ 1 718,46	€ 78,11
12 anos			
13 anos			
14 anos			
15 anos	A5	€ 1 867,69	€ 84,90
16 anos			
17 anos			
18 anos			
19 anos	A4	€ 1 932,83	€ 87,86
20 anos			
21 anos			
22 anos			
23 anos	A3	€ 2 054,41	€ 93,38
24 anos			
25 anos			
26 anos			
27 anos	A2	€ 2 402,16	€ 109,19
28 anos			
29 anos			
30 anos			
31 anos	A1	€ 3 048,93	€ 138,59

Nota 1: Das alterações na estrutura das carreiras não resulta a passagem de qualquer docente para um nível remuneratório da tabela inferior àquele por que já estava a ser remunerado à data da entrada em vigor das mesmas.

Nota 2: A tabela em vigor de 1 de Setembro de 2009 a 31 de Dezembro de 2009 é aplicável a todos os docentes cuja progressão produz efeitos a 1 de Setembro de 2009.

CATEGORIA B
PROFESSORES COM BACHARELATO
E PROFISSIONALIZADOS

TEMPO DE SERVIÇO	NÍVEL	Tabela em vigor de 1 Setembro de 2009 a 31 Dezembro 2009	VALOR HORA SEMANAL
0 anos	B10	€ 847,27	€ 38,51
1 ano	B9	€1015,49	€ 46,16
2 anos	B8	€1185,77	€ 53,90
3 anos	B7	€ 1 367,29	€ 62,15
4 anos			
5 anos			
6 anos			
7 anos	B6	€ 1 481,82	€ 67,36
8 anos			
9 anos			
10 anos			
11 anos	B5	€ 1 718,46	€ 78,11
12 anos			
13 anos			
14 anos			
15 anos	B4	€ 1 867,69	€ 84,90
16 anos			
17 anos			
18 anos			
19 anos	B3	€ 2 054,41	€ 93,38
20 anos			
21 anos			
22 anos			
23 anos	B2	€ 2 307,02	€ 104,86
24 anos			
25 anos			
26 anos			
27 anos	B1	€ 2 506,64	€ 113,94
28 anos			
29 anos			
30 anos			
31 anos	B1	€ 2 506,64	€ 113,94

Nota 1: Das alterações na estrutura das carreiras não resulta a passagem de qualquer docente para um nível remuneratório da tabela inferior àquele por que já estava a ser remunerado à data da entrada em vigor das mesmas.

Nota 2: A tabela em vigor de 1 de Setembro de 2009 a 31 de Dezembro de 2009 é aplicável a todos os docentes cuja progressão produz efeitos a 1 de Setembro de 2009.



OUTROS PROFESSORES DOS 2.º E 3.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO E DO ENSINO SECUNDÁRIO

NÍVEL	CATEGORIA	Tabela em vigor de 1 Janeiro 2009 a 31 Dezembro 2009	VALOR HORA SEMANAL
C13	Restantes professores dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário.	€ 771,80	€ 35,08
C12	Professor dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário não profissionalizado com habilitação própria sem grau superior.	€ 825,28	€ 37,51
C11	Restantes professores dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário com 5 ou mais anos de serviço.	€ 847,65	€ 38,53
C10	Professor dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário profissionalizado sem grau superior. Professor dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário não profissionalizado com habilitação própria sem grau superior e 5 ou mais anos de serviço. Restantes professores dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário com 10 ou mais anos de serviço.	€ 964,01	€ 43,82
C9	Restantes professores dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário com 15 ou mais anos de serviço.	€ 1 087,22	€ 49,42
C8.2	Professor dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário não profissionalizado com habilitação própria de grau superior sem anos de serviço.	€ 838,92	€ 38,13
C8.1	Professor dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário não profissionalizado com habilitação própria de grau superior com 1 ano de serviço.	€ 1 001,44	€ 45,52
C8	Professor dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário não profissionalizado com habilitação própria de grau superior com 2 anos de serviço. Professor dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário profissionalizado sem grau superior com 5 ou mais anos de serviço. Restantes professores dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário com 20 ou mais anos de serviço.	€ 1 143,67	€ 51,99
C7	Professor dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário não profissionalizado com habilitação própria sem grau superior e 10 ou mais anos de serviço.	€ 1 161,55	€ 52,80
C6	Restantes professores dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário com 25 ou mais anos de serviço.	€ 1 200,65	€ 54,57
C5	Professor dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário não profissionalizado com habilitação própria de grau superior e 5 ou mais anos de serviço.	€ 1 214,76	€ 55,22
C4	Professor dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário profissionalizado sem grau superior e 10 ou mais anos de serviço.	€ 1 355,90	€ 61,63
C3	Professor dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário não profissionalizado com habilitação própria de grau superior e 10 ou mais anos de serviço.	€ 1 395,52	€ 63,43
C2	Professor dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário profissionalizado sem grau superior e 15 ou mais anos de serviço.	€ 1 487,21	€ 67,60
C1	Professor dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário profissionalizado sem grau superior e 20 ou mais anos de serviço.	€ 1 741,77	€ 79,17

CATEGORIA D

Educador de Infância e Professor do 1.º Ciclo do Ensino Básico com habilitação profissional e licenciatura

TEMPO DE SERVIÇO	NÍVEL	Tabela em vigor de 1 Setembro de 2009 a 31 Dezembro 2009	VALOR HORA SEMANAL
0 anos	D11	€ 847,27	€ 38,51
1 ano	D10	€ 1 015,49	€ 46,16
2 anos	D9	€ 1 185,77	€ 53,90
3 anos	D8	€ 1 286,95	€ 58,50
4 anos			
5 anos			
6 anos	D7	€ 1 429,70	€ 64,99
7 anos			
8 anos			
9 anos	D6	€ 1 600,12	€ 72,73
10 anos			
11 anos			
12 anos			
13 anos	D5	€ 1 740,15	€ 79,10
14 anos			
15 anos			
16 anos			
17 anos	D4	€ 1 792,79	€ 81,49
18 anos			
19 anos			
20 anos			
21 anos	D3	€ 2 054,42	€ 93,38
22 anos			
23 anos			
24 anos			
25 anos	D2	€ 2 402,16	€ 109,19
26 anos			
27 anos			
28 anos			
29 anos	D1	€ 3 048,93	€ 138,59
30 anos			
31 anos			

Nota 1: Das alterações na estrutura das carreiras não resulta a passagem de qualquer docente para um nível remuneratório da tabela inferior àquele por que já estava a ser remunerado à data da entrada em vigor das mesmas.

Nota 2: A tabela em vigor de 1 de Setembro de 2009 a 31 de Dezembro de 2009 é aplicável a todos os docentes cuja progressão produz efeitos a 1 de Setembro de 2009.

CATEGORIA E

Educador de Infância e Professor do 1.º Ciclo do Ensino Básico com habilitação profissional

TEMPO DE SERVIÇO	NÍVEL	Tabela em vigor de 1 Setembro de 2009 a 31 Dezembro 2009	VALOR HORA SEMANAL
0 anos	E9	€ 847,27	€ 38,51
1 ano	E8	€ 972,32	€ 44,20
2 anos			
3 anos			
4 anos	E7	€ 1 104,05	€ 50,18
5 anos			
6 anos			
7 anos			
8 anos	E6	€ 1 353,18	€ 61,51
9 anos			
10 anos			
11 anos			
12 anos	E5	€ 1 456,83	€ 66,22
13 anos			
14 anos			
15 anos			
16 anos	E4	€ 1 613,70	€ 73,35
17 anos			
18 anos			
19 anos			
20 anos	E3	€ 1 773,82	€ 80,63
21 anos			
22 anos			
23 anos			
24 anos	E2	€ 1 895,20	€ 86,15
25 anos			
26 anos			
27 anos			
28 anos	E1	€ 2 507,67	€ 113,99
29 anos			
30 anos			
31 anos			

Nota 1: Das alterações na estrutura das carreiras não resulta a passagem de qualquer docente para um nível remuneratório da tabela inferior àquele por que já estava a ser remunerado à data da entrada em vigor das mesmas.

Nota 2: A tabela em vigor de 1 de Setembro de 2009 a 31 de Dezembro de 2009 é aplicável a todos os docentes cuja progressão produz efeitos a 1 de Setembro de 2009.

Actividade Internacional da FENPROF

Estreitar laços para reforçar trabalho

MÁRIO NOGUEIRA (Secretário-Geral da FENPROF)

Nas organizações, a actividade internacional é, por vezes, encarada como uma questão menor, não sendo raro que se considere como pouco mais do que uma oportunidade que alguns encontram para viajar e passear. Mas não é assim!

Num mundo em vertiginosa mudança, em que um processo de globalização capitalista procura esmagar os direitos de quem trabalha, em que novos centros de decisão se instalam, mas onde, igualmente, os focos de resistência e luta por uma sociedade mais justa e solidária crescem e se fortalecem, mais se justifica que estejamos atentos e participativos, procurando outros que, partilhando dos mesmos ideais democráticos, se oponham, como nós, à lógica mercantilista e neoliberal de um capital que não olha a meios para atingir os seus fins. Fins que são sempre o lucro crescente, meios que podem passar por, na Educação, colocar a qualidade apenas do lado das elites, assegurando aos restantes os meios básicos para que sejam bons trabalhadores mas nem por isso grandes cidadãos no que diz respeito aos direitos que lhes deverão ser reconhecidos e por eles exercidos.

A FENPROF, dentro dos limites da razoabilidade, não deixa de participar na actividade internacional (sendo, tais limites, os financeiros e a disponibilidade dos seus quadros) e, com organizações de outros países, aprender e levar contributos, por norma importantes, para, todos nós, melhor compreendermos realidades que são novas e às quais há que dar respostas adequadas.

De importância maior na actividade internacional são também a solidariedade – tendo assumido maior destaque a campanha levada a efeito, e que só agora estar a concretizar-se no terreno, para construção de uma escola, entretanto transformada em centro comunitário, em Timor-Leste – e a formação sindical para que temos contribuído em função de necessidades que são colocadas, por norma, pelas organizações amigas dos países africanos de língua oficial portuguesa.

Para a FENPROF, as prioridades na actividade internacional foram definidas nos seus Congressos e vão para o relacionamento com as organizações da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), sendo da FENPROF a coordenação executiva da CPLP – Sindical de Educação (www.cplp-se.org).

A Europa, obviamente, região em que nos integramos. A FENPROF ocupa um dos lugares da Comissão Executiva do Comité Sindical Europeu de Educação (CSEE/ETUCE – www.csee-etuce.org), estrutura da Confederação Europeia de Sindicatos (CES).

Mas as relações com a Europa vão para além dos países da UE, havendo relacionamentos que se pretendem estreitar com outras nações europeias. Também no continente americano, encontramos organizações sindicais que conosco mantêm laços estreitos de relacionamento, laços que são de importância crescente, quanto cresce, nesse continente como em nenhum outro, a resistência ao neoliberalismo que tem, ali, um dos seus mais poderosos centros de decisão e operação.



De importância maior na actividade internacional são também a solidariedade – tendo assumido maior destaque a campanha levada a efeito, e que só agora estar a concretizar-se no terreno, para construção de uma escola, entretanto transformada em centro comunitário, em Timor-Leste



A nível mundial, a FENPROF é filiada na Internacional de Educação (IE – www.ei-ie.org), organização que representa mais de 30 milhões de professores e outros trabalhadores de Educação, filiados em 401 organizações distribuídas por 172 países e territórios.

É neste quadro de ampla cooperação internacional que a FENPROF espera contar, no seu X Congresso, que se realizará em Abril próximo, com a presença de organizações provenientes de:

PALOP – Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor Leste;

EUROPA – Espanha, França, Itália, Grécia, Alemanha, Reino Unido, Luxemburgo, Suíça, Noruega, Suécia, Finlândia, Bulgária, Sérvia, Rússia e Turquia;

AMÉRICA – Brasil, Cuba, Argentina, Venezuela, México e Canadá;

OUTROS PAÍSES MEDITERRÂNICOS – Marrocos, Argélia e Tunísia;

SOLIDARIEDADE – Palestina e República Árabe Saaráui Democrática;

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS – IE (Internacional de Educação), CSEE (Comité Sindical Europeu de Educação), FMTC (Federação Mundial dos Trabalhadores Científicos) e CEA (Confederação dos Estados Americanos). ■



Nos estudos efectuados a nível europeu, os factores do stress dos professores aparecem directamente relacionados com o ambiente, a organização e os processos de trabalho.

CSEE debate o stress na profissão docente

MANUELA MENDONÇA (Membro do Secretariado Nacional da FENPROF)

“... uma escola deve ser um lugar seguro, saudável e propício para o ensino e a aprendizagem. As escolas são os locais de trabalho dos professores, mas primeiro e acima de tudo são instituições de educação para jovens estudantes. O stress prejudica não apenas os trabalhadores (professores e pessoal não docente) mas também indirectamente os alunos, ao pôr em risco a qualidade e eficiência da educação oferecida”.

Esta citação é retirada do Plano de Acção do Comité Sindical Europeu de Educação (CSEE) sobre o stress relacionado com o trabalho dos professores.

Este Plano é uma referência e um

guia para as acções que o CSEE e as suas organizações desenvolvem aos diferentes níveis (europeu, nacional e de escola) para melhorar as condições de trabalho dos professores, em particular no que diz respeito ao stress na profissão docente. Para além disso, destina-se a fornecer apoio às organizações membro para estabelecerem estratégias de saúde e segurança nas escolas.

Sendo a profissão docente das profissões com um mais elevado nível de stress, o CSEE tem vindo a desenvolver um conjunto de iniciativas sobre esta problemática, com dois objectivos fundamentais: i) sensibilizar os empregadores e a sociedade em geral para a importância de prevenir e combater o stress dos professores; ii) exigir a implementação, ao nível das escolas, de sistemas de avaliação dos riscos e o desenvolvimento de planos de acção concretos, destinados a melhorar as condições e o ambiente de trabalho para o bem-estar físico e mental dos trabalhadores. Estes planos deverão ser definidos com a participação e cooperação dos sindicatos dos professores.

Nos dias 5 e 6 de Outubro, em Atenas, o CSEE realizou mais um seminário internacional sobre esta questão. Nesta iniciativa

foi reafirmado que o stress na profissão – cujos indicadores mais comuns são o esgotamento, a depressão e a exaustão emocional – não pode ser entendido como uma fraqueza do trabalhador, mas sim como um problema organizacional, com raízes na forma como o ensino e a escola estão organizados. É um problema que exige, por isso, respostas políticas adequadas.

Nos estudos efectuados a nível europeu, os factores do stress dos professores aparecem directamente relacionados com o ambiente, a organização e os processos de trabalho. Destes factores salientam-se o comportamento inadequado dos alunos (o principal factor de stress), turmas demasiado grandes, horários de trabalho sobrecarregados, problemas com a gestão da escola, relações de competição entre os professores, demasiadas mudanças na educação e pressões sociais, entre outros.

Para além do plano de Acção, o CSEE está a trabalhar um outro documento neste âmbito, visando o estabelecimento de uma política comum para os vários países que permita, por exemplo, um acordo a nível europeu sobre o número de alunos por turma. ■

Carta Aberta

Activistas de direitos humanos saharauis detidos pela polícia marroquina

No passado dia 8 de Outubro, sete activistas de direitos humanos saharauis foram detidos pela polícia marroquina, em Casablanca, quando regressavam de uma visita aos acampamentos de refugiados saharauis em Tinduf (Argélia).

A detenção foi ordenada sob a acusação de traição à pátria e de atentado contra a soberania e integridade territorial de Marrocos, ao serviço de outro país. Nos últimos 20 anos, esta é a primeira vez que activistas Saharauis enfrentaram um Julgamento em Tribunal Militar, que poderá aplicar a pena capital.

Estas prisões inscrevem-se numa longa lista de violações dos direitos humanos, perpetradas pelo Reino de Marrocos contra a população Saharai que, importa não esquecer, vive sob ocupação há mais de 35 anos.

Os abaixo-assinados expressam a sua profunda indignação e condenação destes acontecimentos.

Denunciam a intensificação da repressão marroquina nos territórios ocupados e as práticas de sequestros, perseguições, torturas, prisões arbitrárias e desaparecimentos, contra activistas e população Saharai em geral, que lutam pelo reconhecimento dos direitos inalienáveis do seu povo.

Apelam às Nações Unidas que assumam competências de protecção dos direitos humanos nos territórios ocupados, nomeadamente através da ampliação do mandato da MINURSO.

Exigem a libertação imediata e incondicional dos sete activistas dos direitos humanos saharauis:

Ali Salem Tamek, Secretário-geral do

Colectivo de Defensores Saharauis dos Direitos Humanos (CODESA);

Brahim Dahan, Presidente da Associação Saharai de Vitimas de Graves Violações dos Direitos Humanos (ASVDH);

Rachid Sghair, Activista do Comité Contra a Tortura de Dajla,

Nassiri Hamadi, Secretário-Geral do Comité Saharai para a Defesa dos Direitos Humanos em Smara e presidente da AMDH secção Smara Chapter;

Yehdih Terruzi, Membro da Associação Marroquina dos Direitos Humanos (AMDH), secção El Aaiún;

Saleh Loubeih, presidente do Fórum para a Protecção da Infância Saharai, membro da CODESA e da AMDH;

Degja Lechgar, activista e dirigente da ASVDH.

Instam o Governo Português, a União Europeia e as Nações Unidas a reclamar das autoridades marroquinas a libertação imediata e incondicional dos sete activistas e dos demais prisioneiros políticos saharauis.

Apelam a todas as portuguesas e portugueses a agirem em prol da paz e defesa dos direitos humanos. ■

Documento divulgado por: Conselho Português para a Paz e Cooperação, Amnistia Internacional, CGTP-IN e MDM. Recebeu o apoio da FENPROF, como de outras organizações, designadamente a UMAP, JS, Festrat (Federação de Sindicatos dos Transportes) e CESP (Sindicato do Comércio e Serviços).



Centro Comunitário de Dili

Uma realidade que resulta da ajuda solidária dos professores portugueses

Para a maioria de nós, e sobretudo para todos aqueles que aderiram entusiasticamente à campanha lançada pela FENPROF – UMA ESCOLA PARA TIMOR –, já terá caído no esquecimento quer a própria campanha quer a sua concretização.

ABEL MACEDO (Membro do Secretariado Nacional da FENPROF)

De facto, muitos anos passaram, mais de oito, e não tiveram informação do que se estava a passar relacionado com a dita campanha. De uma coisa podem estar absolutamente certos – todo o montante recolhido se encontra na conta aberta para o efeito e ao serviço do objectivo para que foi criada, apenas deduzida de uma pequena quantia relacionada com o próprio desenvolvimento do processo.

Então, porquê todo este atraso na consecução do objectivo que tão boa aceitação teve dos professores portugueses? Sem nenhuma intenção de endossar responsabilidades que porventura nos pudessem caber, manda a verdade dizer que todo este atraso se deve a indefinições, dúvidas, silêncios prolongados, impasses, e até alguma incapacidade de acção por parte das autoridades timorenses. E quando falamos assim, queremos dizer que, desde início, nos procuramos relacionar com as autoridades educativas daquele país, nomeadamente com o seu Ministério da Educação. Uma coisa é acharmo-nos capazes de construir uma escola de pequena dimensão naquele país irmão, outra é arrogarmo-nos o direito de dizer onde isso deveria acontecer. Para tal, caberia aos responsáveis pela Educação em Timor Leste dizerem-nos onde seria mais importante concretizarmos a intenção de construir uma nova escola. Os primeiros anos foram passados na expectativa do aparecimento de uma proposta concreta que, devidamente caucionada pelas autoridades timorenses, permitisse iniciar o projecto que tínhamos em mente.

Perante o prolongado silêncio que se verificava, a FENPROF, logo após a criação da Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD) "Engenho & Obra", de que se constituiu como um dos sócios fundadores, e mediante o interesse

revelado por aquela organização perante a ideia, decidiu custear a deslocação a Timor Leste de um dos seus dirigentes e tentar, *in loco*, resolução para o problema. Foi da deslocação àquele país do Eng. Alfredo Soares Ferreira que se despoletou um novo processo, agora contando com o envolvimento do próprio Presidente Ramos Horta e com a colaboração do Instituto Camões, que se aprovou a ideia (por ser aquela que mereceu mais apoio dos timorenses envolvidos) da criação de um Centro Comunitário em Dili, que visasse o apoio às crianças e jovens em matéria de ensino e formação, a par do apoio às mulheres e ao desenvolvimento do seu espírito empreendedor, enquadrados numa perspectiva de educação para a cidadania global.

Inicialmente apontado para Bidau-Massau, pequena povoação dos arredores da capital, o processo viria mais tarde a ser deslocado daquela povoação e entregue, no seu acompanhamento, à Cooperativa "Estrela da Esperança", contando já com um projecto de arquitectura realizado gratuitamente por um técnico amigo e com uma dotação de material informático para o futuro funcionamento do Centro, que já se encontra em Dili e a cargo do Instituto Camões.

Assim se prevê a curto prazo a concretização da ideia resultante da campanha lançada pela FENPROF, da qual será dada notícia na nossa revista e a cuja inauguração naturalmente assistiremos, perpetuando assim naquelas longínquas paragens a solidariedade dos professores portugueses para com a mais jovem democracia do mundo.

De salientar ainda que, pensando já na necessidade de se prolongar esse apoio ao funcionamento regular do Centro Comunitário de Dili, a FENPROF, através da ONGD "Engenho & Obra", apresentou no passado mês de Outubro uma candidatura a um concurso da Fundação Gulbenkian para



apoio a projectos de cooperação destinados aos países de língua portuguesa, que, a ser aprovado, nos manterá ligados ao trabalho futuro que ali se desenvolverá. ■



Prevê-se a curto prazo a concretização da ideia resultante da campanha lançada pela FENPROF, da qual será dada notícia na nossa revista e a cuja inauguração naturalmente assistiremos, perpetuando assim naquelas longínquas paragens a solidariedade dos professores portugueses para com a mais jovem democracia do mundo.



Sustentabilidade da protecção social não pode ser à custa de direitos

MARIA DO CARMO TAVARES

(Membro da Comissão Executiva da CGTP-IN)

Com bastante frequência, ouve-se falar de sustentabilidade da segurança social e, mais recentemente, do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e dos subsistemas de saúde, havendo visões bastante diferenciadas sobre a matéria.

Antes de abordar a sustentabilidade da segurança social há que ter presente quem financia o quê. A nossa protecção social é financiada por diversas fontes. Assim, temos o S.N.S. financiado pelo Orçamento do Estado, praticamente na sua globalidade, assim como no regime de segurança social, os subsistemas de solidariedade e de protecção familiar não dependentes de carreiras contributivas e o sistema de Acção Social.

Estes subsistemas, têm diversas prestações, para proteger pessoas em situação de carência económica ou social e que não sejam abrangidos por outros regimes obrigatórios.

Com financiamento misto, temos os subsistemas de saúde (ADSE e outros) e a CGA, em ambos os subscritores pagam contribuições dos rendimentos do trabalho, e o O.E. financia tudo o que é necessário para cobrir as despesas totais, dado o Estado ser a entidade patronal.

Na Segurança Social o sistema previdencial é bipartido pelo trabalhador e entidades patronais, e o seu objectivo é substituir os rendimentos do trabalho.

Neste sistema há medidas inseridas nas políticas activas de emprego e formação profissional, assim como as prestações de protecção familiar, cujo financiamento é tripartido (trabalhadores, patrões e receitas fiscais).

Os debates sobre a sustentabilidade da segurança social, travam-se em redor do sistema previdencial e, como vimos, o financiamento é bipartido e assenta no emprego e na massa salarial.

A deterioração da economia leva a que a segurança social sofra um forte impacto, através de um menor crescimento de contribuições, porque os salários ou estagnam ou crescem pouco e o desemprego dispara. Nesta situação, as despesas crescem muito mais em todas as prestações, em geral. E ainda, há, de facto, a questão da esperança de vida.

Por outro lado, nas últimas décadas, deram-se profundas alterações nas empresas, designadamente a nível organizacional e desenvolvimento tecnológico. O emprego intensivo deu lugar ao capital intenso, mas a captação de receitas mantém-se inalterada. O que implica que parte do valor gerado pelas empresas escape ao pagamento de contribuições.

A diversificação do financiamento deste subsistema impõe-se. A proposta da CGTP-IN, apresentada em 2007, é economicamente mais justa e equilibrada e mantém toda a validade não preconizando a modificação radical do actual modelo de financiamento; propõe-se que as contribuições das empresas sejam complementadas por uma taxa que incida sobre a diferença entre o VAB líquido, os salários e as contribuições para a segurança social.

O anterior Governo rejeitou a discussão, e, perante dificuldades financeiras do sistema previdencial, avançou com medidas para reduzir as pensões, como o factor de sustentabilidade e a fórmula de actualização das mesmas, dado que as pensões são a maior despesa da segurança social. É inaceitável tal situação. A CGTP-IN relança a sua proposta na futura legislatura. ■



Substituições até 19/01/2007

Governo já está a pagar horas extraordinárias!



Como era do conhecimento geral, decorrente de decisões do Supremo Tribunal Administrativo, o governo/ME não podem fugir ao pagamento das horas extraordinárias cumpridas pelos professores até 19 de Janeiro de 2007, sempre que realizaram as obrigatórias actividades de substituição.

Primeiro tentando fazer crer que os professores não queriam fazer as substituições, depois tentando fugir às suas responsabilidades não pagando o trabalho extraordinário que cada um ia fazendo, o ME está agora a pagar o que deve.

Tarde, muito tarde, é certo, mas, já diz o povo, mais vale tarde que nunca! Na FENPROF e em todos os seus Sindicatos, sempre soubemos que tínhamos razão, que era verdade que o ME não podia escapar – embora tudo tivesse feito nesse sentido! – ao pagamento como serviço extraordinário das actividades de substituição de outros professores ocorridas ao abrigo do anterior

ECD, ou seja, até 19 de Janeiro de 2007.

Passados mais de dois anos sobre muitos dos pedidos apresentados (e até 3 sobre os primeiros), a verdade é que os professores que requereram esse pagamento começaram finalmente a ver deferidos os seus requerimentos e começaram a “ver a cor do dinheiro”!

O prazo para requerer o pagamento destas horas ainda não terminou e pode fazê-lo, recorrendo à minuta de requerimento que disponibilizamos. ■

Obter minuta de requerimento em www.fenprof.pt ou nas sedes dos Sindicatos da FENPROF

Esclarecimento procedimental sobre o requerimento para pagamento das horas extraordinárias

O procedimento decorre do estabelecido no artigo 161º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos.

Nos termos aí previstos, o interessado deve apresentar, caso ainda o não tenha feito, no prazo de um ano a contar de 12/03/2009 [data em que foi proferida a última das já muito mais do que 5 sentenças que permitem a extensão de efeitos], requerimento dirigido ao Ministério da Educação a requerer o pagamento das horas extraordinárias (que deverá identificar e discriminar). Este requerimento apenas deverá ser apresentado depois de o mesmo ter sido já apresentado e indeferido (ou não respondido no prazo de 30 dias) pelo Presidente do Conselho Executivo ou Director. Para este efeito conta requerimento que tenha sido já apresentado em 2005/2006 ou 2006/2007.

Se o Ministério da Educação indeferir a pretensão ou decorrerem 3 meses sem que haja qualquer resposta, o professor tem 2 meses para requerer judicialmente (junto do tribunal que proferiu a última decisão favorável neste âmbito) a extensão dos efeitos dessa sentença à sua própria situação. ■

no alvo



Reitor de Évora garante que a Universidade “não é economicamente sustentável”

O reitor da Universidade de Évora, Jorge Araújo, garantiu (1/11/2009) que, perante o actual modelo de financiamento do Ensino Superior, a instituição “não é economicamente sustentável” e depende, “em última instância”, da “atenção” do poder político.

“A sustentabilidade da UÉ dependerá, em última instância, da atenção do poder político para a sua circunstância particular e poderá ou deverá passar pela contratualização de um programa de recuperação económica e financeira”, defendeu.

Jorge Araújo discursava no Dia da Universidade, em que foi outorgado o grau de doutor “Honoris Causa” a Claude Allègre, responsável pelo lançamento e grande impulsor da reforma de Bolonha.

Perante o ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Mariano Gago, que proferiu o discurso laudatório ao homenageado, o reitor da UÉ fez o balanço do percurso da instituição nos últimos anos, mas um dos últimos pontos que abordou foi o da sustentabilidade económica e financeira.

“Sejamos claros: A Universidade de Évora, no quadro do actual modelo de financiamento, não é economicamente sustentável”, asseverou. | Lusa, 01.11.2009 ■



Em situação de crise, com mais desemprego e baixos salários, vemos melhor porque a Segurança Social deve ser PÚBLICA E UNIVERSAL.

Actividades de Enriquecimento Curricular

É preciso que se cumpra a lei e se corrijam abusos!

Tal como a FENPROF tem denunciado, as actividades de enriquecimento curricular, criadas pelo Governo cessante e com as quais são ocupados os tempos livres dos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, assentam num modelo errado que deverá ser rapidamente corrigido.

Alterar o regime de AEC é, aliás, considerado necessário por todos os partidos políticos com representação parlamentar, de acordo com posições que recentemente assumiram. Por exemplo, todos defendem que o ensino de Inglês deverá sair desse período pós-lectivo, passando a integrar o currículo do 1.º Ciclo, esperando-se, por isso, que essa seja uma das primeiras decisões da próxima equipa do Ministério da Educação.

Para a FENPROF, como sempre foi dito, este regime de AEC que urge alterar, assenta em pressupostos errados:

- Na precarização do emprego docente;
- Na possibilidade de privatização de actividades que são da responsabilidade das escolas públicas;
- No desenvolvimento de actividades escolarizadas que crescem às horas lectivas;
- No desenvolvimento de actividades, em regime pós lectivo, que deverão fazer (ou também fazem) parte do currículo;
- Numa irresponsável confusão entre ocupação de tempos livres (que deveriam ser preenchidos com actividades de carácter

lúdico e cultural) e actividades de enriquecimento curricular.

Três tipos de contratos

Aqueles técnicos (professores, claro, recrutados facilmente num meio em que o desemprego atinge dezenas de milhares de profissionais) podem celebrar contratos de três formas:

- Com as autarquias, directamente;
- Com os agrupamentos de escola, embora, neste caso, apenas em situações excepcionais;
- Com empresas privadas, que florescem que nem cogumelos, muitas delas criadas apenas para este efeito, e que desenvolvem processos de outsourcing na prestação deste serviço.

As regras antes referidas que constam do Decreto-Lei número 212/2009, de 3 de Setembro, prevêem a selecção dos "técnicos" por via de uma aplicação electrónica disponibilizada pela DGRHE (Direcção-Geral de Recursos Humanos da Educação). Contudo, as empresas privadas que operam no sector não necessitam de se reger por este quadro legal, como não aplicam, também, o Despacho n.º 14.460/2008, de 15 de Maio (publicado em DR no dia 26 de Maio) que estabelece um valor mínimo obrigatório para efeitos de remuneração: o índice salarial 126 (para docentes licenciados profissionalizados) da carreira docente. Este índice corresponde, para um horário completo de 35 horas (lectivas e não lectivas), a um quantitativo íliquido de 1.145,79 euros.

O medo de perder o emprego, aliado, claro, à falta de oportunidades de emprego e à insegurança laboral a que estão sujeitos milhares de professores abre espaço para que se cometam todos os atropelos, para

que surjam todos os abusos, para que se arrastem todas as ilegalidades. Os professores dirigem-se aos Sindicatos da FENPROF apresentado as suas queixas, mas pedindo o anonimato. Só que todos sabem o que se passa: sabe a FENPROF, como sabe o Ministério da Educação e como sabem os municípios em que estas situações acontecem... só que apesar das denúncias que têm vindo a ser feitas pela FENPROF, quem tem poder para resolver os problemas não faz nada o que significa que, objectivamente, pactua com a ilegalidade e com a imoralidade em todo este processo.

Ouviu-se, em tempos, a antiga Ministra da Educação afirmar que acabariam os recibos verdes como forma de relação laboral também nas AEC. Mas não acabaram...eles mantêm-se um pouco por todo o lado. Poderão, agora, não ser os municípios a estabelecer directamente essa relação, mas são as empresas que com eles contratualizam a execução das AEC. Essas, não só mantêm os recibos verdes, como pagam muito abaixo do que se encontra estabelecido na lei, logo, deveria ter aplicação obrigatória.

É tempo de pôr cobro a esta situação, caracterizada pela existência de:

- Recibos verdes, que correspondem a contratação para prestação de serviços, quando esta actividade, pelas suas características (com prazo definido, com horário fixo, tutelada superiormente...), obriga à existência de um contrato de trabalho;
- Pagamento abaixo do valor mínimo legalmente estabelecido no Despacho n.º 14.460/2009, de 15 de Maio;
- Situações em que, depois de terem exercido actividade nas AEC, aos professores que, entretanto, optam por outra actividade (por exemplo, incluindo os que obtêm colocação numa escola para exercerem

actividade docente), não são pagas muitas horas de trabalho já realizado;

• Um processo de selecção que, na maior parte dos casos, não obedece a regras, o que significa que a arbitrariedade se instalou, sendo vulgar que tal selecção se faça por convite ou através de simples entrevista em que, principalmente, se procuram disponibilidades para melhor se explorar;

• Empresas que são financiadas para a prestação de formação específica para o exercício de actividade nas AEC, mas que obrigam os formandos - os "técnicos" - a pagarem a inscrição e a frequência da formação, ou seja, financiam-se duas vezes.

A FENPROF, sem prejuízo de uma profunda alteração neste regime de AEC, exige uma fiscalização efectiva e rigorosa do que se está a passar um pouco por todo o país: contratos de trabalho, salários, formas de selecção, natureza das empresas promotoras...

Sendo evidente que a maior responsabilidade política, em relação a esta matéria,

deverá ser atribuída ao Governo, também não ficam isentos de responsabilidades os municípios quando contratualizam com empresas privadas para que promovam as AEC e, a partir daí, consideram estar cumprida a sua função, não fiscalizando a forma como as mesmas se desenvolvem.

Desafio

A FENPROF exigirá, do próximo Governo, a fiscalização desta situação, devendo ser desenvolvidas todas as diligências no sentido de a lei ser cumprida.

Mas a FENPROF lança também um desafio aos executivos municipais: que assumam, perante os municípios e os "técnicos" das AEC - que, na esmagadora maioria dos casos, são professores - que na promoção directa ou indirecta destas actividades não haverá lugar para recibos verdes, exigindo a celebração de contratos de trabalho; que os salários corresponderão ao valor legalmente estabelecido; que o processo de selecção dos

"técnicos" obedecerá a critérios claros, objectivos e universais.

Estas garantias de seriedade, transparência e qualidade têm grande importância, na medida em que o tempo de serviço prestado nestas actividades é considerado para efeito dos concursos de colocação de professores nas escolas públicas.

Dois dias, apenas, depois de ter sido comemorado o Dia Mundial dos Professores, a FENPROF não pode deixar de denunciar esta situação de claro abuso que se abate sobre os professores, a par desta efectiva desvalorização da função docente e, também, de exigir, do poder político, uma verdadeira mudança na relação que estabelece e desenvolve com os professores, sendo obrigatória que a mesma tenha lugar num quadro de respeito e consideração que, há muito, andam arredados da prática governativa. ■

Declaração da FENPROF apresentada no dia 7 de Outubro, em Coimbra, por Mário Nogueira

Estas AEC rolam sem regras...

Provavelmente, consciente da situação que seria criada com o regime que foi definido, o poder central decidiu transferir para as autarquias todas as responsabilidades na matéria, limitando-se a garantir algumas verbas para financiamento e lavando as mãos em relação ao que acontece naqueles tempos. E o problema é que a diversidade de situações é de tal ordem que permite perceber que estas AEC rolam sem regras ou, quando as mesmas existem, poucos as cumprem porque ninguém fiscaliza a sua aplicação, com muitos municípios a revelarem uma inusitada e reprovável desatenção ao que acontece na área que administram.

Sem entrar no debate sobre o regime de AEC - que é urgente, constando das prioridades da FENPROF para o diálogo e negociação com a futura equipa do ME - pretende-se, por agora, denunciar a situação que é vivida pelos docentes (designados, apenas, por "técnicos") que exercem actividades nas AEC.



Foram necessários três anos e a proximidade de eleições legislativas para que o Governo cessante tivesse reconhecido a existência de irregularidades no processo de contratação de "técnicos" para a prestação de serviço nas AEC, tendo sido publicada legislação que impõe algumas regras para aquele efeito.

Contudo, como as mesmas apenas entraram em vigor no passado mês de

Setembro, de pouco serviram, pois a maioria dos municípios já tinha decidido recorrer à contratualização com empresas privadas, o que já fizeram em Julho, antes, portanto, das férias e do início do presente ano escolar - empresas que estão fora do âmbito das regras legalmente estabelecidas, pois estas apenas se aplicam às câmaras municipais e às escolas. ■

“Alterar o regime de AEC é, aliás, considerado necessário por todos os partidos políticos com representação parlamentar, de acordo com posições que recentemente assumiram. Por exemplo, todos defendem que o ensino de Inglês deverá sair desse período pós-lectivo, passando a integrar o currículo do 1.º Ciclo, esperando-se, por isso, que essa seja uma das primeiras decisões da próxima equipa do Ministério da Educação.**”**



CGTP-IN considera prementes respostas sociais para os desempregados e pensionistas

A CGTP-IN lançou uma petição/abaixo-assinado para entregar à Assembleia da República visando três objectivos centrais: alargamento da protecção ao desempregado; revogação do factor de sustentabilidade; e alteração das regras de actualização das pensões e prestações sociais.

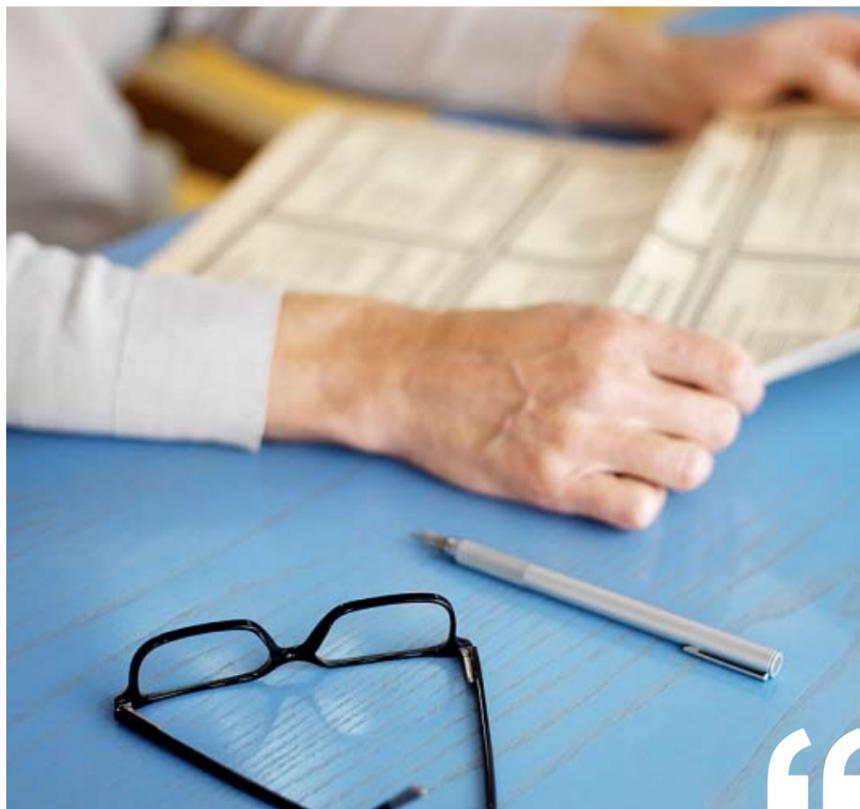
O desemprego é o problema mais grave que estamos a enfrentar, dado não haver a criação de emprego necessário e tão prometido pelo Governo do PS, com cada vez mais trabalhadores desempregados de longa duração sem protecção social, porque entretanto já esgotaram o subsídio de desemprego e o subsídio social de desemprego, correndo o risco de pobreza, alerta a CGTP-IN, que acrescenta:

"Milhares de jovens precários, por terem contratos de pequena duração, não lhes permite obter o período de garantia nem sequer para ter acesso ao subsídio social de desemprego e há ainda a juntar os milhares de jovens que também não têm esta prestação por serem prestadores de serviços, os chamados *falsos recibos verdes*".

Prolongamento do subsídio social de desemprego

A CGTP-IN tem vindo a reivindicar e considera cada vez mais premente as alterações nesta prestação social, adequando-a aos riscos sociais que estão a ocorrer, propondo assim o prolongamento do subsídio social de desemprego durante todo o período de recessão, assim como a redução dos períodos de garantia e a majoração da protecção do desemprego e das prestações familiares quando há mais que um desempregado no mesmo agregado.

A petição também reclama a alteração urgente das regras de actualização das pensões, dado que os factores que intervêm nesta regra condicionam os aumentos do próximo ano. Por outro lado, as pensões dos reformados e aposentados acima das mínimas desde



2001, perderam em média 5% do seu poder de compra. E as pensões mínimas apenas têm mantido ultimamente o poder de compra; Sócrates, com estas regras, interrompeu o ciclo da dignificação das pensões mínimas que foi importantíssimo, para elevar o poder de compra das mesmas.

A petição reclama ainda a revogação do factor de sustentabilidade que tem reduzido ainda mais as pensões, para quem se reformou depois de 1 de Janeiro de 2008.

O Governo, em nome do equilíbrio das contas da Segurança Social, sacrificou os reformados, o que é imoral e injusto, sublinha a Inter, que tem propostas concretas para melhorar as condições de vida dos desempregados e reformados, como para a sustentabilidade da Segurança Social.

A CGTP-IN, já na legislatura anterior lutou por estes objectivos, entregando uma petição na Assembleia da República, que o PS inviabilizou.

A Central não desiste destes objectivos, porque considera prementes estas respostas sociais. ■

O Governo, em nome do equilíbrio das contas da Segurança Social, sacrificou os reformados, o que é imoral e injusto, sublinha a Inter, que tem propostas concretas para melhorar as condições de vida dos desempregados e reformados, como para a sustentabilidade da Segurança Social.



Entrevista com Jacqueline Duarte, Coordenadora do Centro de Recursos Poeta José Fanha (Agrupamento de Escolas Venda do Pinheiro)

Outubro foi Mês Internacional das Bibliotecas Escolares

"A articulação curricular é hoje o grande desafio das bibliotecas escolares"



"As bibliotecas escolares não podem ser armazéns de recursos. Têm que ser parceiros activos com os professores no trabalho em sala de aula. O grande desafio hoje é a articulação curricular e a participação nas planificações conjuntas de aulas, bem como na preparação de actividades", assentes numa gestão sustentada dos recursos de informação, sublinha Jacqueline Duarte, Coordenadora do Centro de Recursos Poeta José Fanha, do Agrupamento de Escolas Venda do Pinheiro (concelho de Mafra). A reportagem do "JF" foi ao seu encontro, no final de Outubro, Mês Internacional das Bibliotecas Escolares, proposto pela *Internacional Association of School Librarianship*

Como é que o Centro de Recursos Poeta José Fanha assinalou o (recente) Mês Internacional das Bibliotecas Escolares? Que balanço faz da participação nas actividades propostas?

Jacqueline Duarte (J.D.) – Comemorámos o Mês Internacional das Bibliotecas através de várias iniciativas, tendo em conta, os diferentes públicos que temos na comunidade educativa.

Logo no início do mês a projecção de fotos referentes a actividades desenvolvidas em 2008/2009 foi uma das iniciativas. Lançámos um cartaz itinerante alusivo às bibliotecas escolares do Agrupamento e preparámos uma exposição subordinada ao tema "Memórias do Centro de Recursos" a "Hora do Conto" (sessões especiais para alunos do 6.º ano em três dias), a par de dois encontros com o poeta José Fanha (para alunos do 2.º e do 3.º Ciclos) e do atelier de construção de marcadores de livros, aberto a alunos, professores e funcionários, marcaram igualmente, o Mês Internacional das Bibliotecas. "Em 2009 ler é que nos move" tem sido o nosso lema de acção. Para 2010, lançámos, em Outubro, o desafio a toda a comunidade educativa para a criação de um novo lema. Convidámos também os professores a virem tomar um café connosco com o intuito de divulgar o nosso fundo documental e analisar possibilidades de trabalho conjunto. Durante todo o mês os alunos

interessados puderam inscrever-se no projecto alunos-monitores, com o objectivo de desenvolverem voluntariado ao serviço do centro. O balanço da participação nestas (e noutras actividades) realizadas em Outubro foi francamente positivo e constituiu mais um contributo para o incentivo à leitura e à frequência da biblioteca escolar.

Como é que o Centro de Recursos Poeta José Fanha faz a "ponte" com os desafios e a vida escolar onde se insere?

J. D. – As bibliotecas escolares não podem ser armazéns de recursos. Têm que ser parceiros activos dos professores no trabalho em sala de aula. O grande desafio hoje é a articulação curricular e a participação nas planificações conjuntas de aulas e na preparação de actividades, assente numa gestão sustentada dos recursos de informação. É com base nestes pressupostos que procuramos concretizar essa "ponte". Tentamos responder da melhor maneira a desafios como a planificação conjunta de aulas e a preparação de diferentes actividades, nomeadamente com as Áreas Curriculares Não Disciplinares, o Programa de Educação para a Saúde, e acompanhado alunos com Necessidades Educativas Especiais. Citando a Rede de Bibliotecas Escolares, "mais do que um espaço e um conjunto de recursos organizados, as bibliotecas escolares assumem-se hoje como uma estrutura for-

mativa de aprendizagem e de construção de conhecimento, assente em novas abordagens pedagógicas, baseadas na pesquisa e processamento da informação e no uso dos novos recursos e *media* digitais".

Como é que está organizado o Centro? Que ofertas assegura?

J.D. – O horário do Centro acompanha, no geral, o horário de funcionamento da EB 2.3 da Venda do Pinheiro. Temos uma auxiliar de acção educativa a tempo inteiro e uma equipa de professores que assegura o atendimento, ou, como gostamos de dizer, o serviço de referência. Estamos preparados para os picos de afluência na hora de almoço e nos intervalos. A coordenação de todo este trabalho decorre da acção de uma equipa constituída, além da coordenadora, por mais quatro professores. Asseguramos, entre outras actividades e serviços, a requisição de diferentes materiais para aula, a requisição temporária para sala de aula, disponibilizamos guias de leitura que auxiliam na selecção dos livros; asseguramos ainda a requisição domiciliária de livros e a requisição do espaço para aulas, podendo ser solicitado o apoio da coordenadora na pesquisa de materiais e no trabalho com os alunos. Temos, também, uma listagem de sítios electrónicos referentes a diversas disciplinas e áreas curriculares não disciplinares, validados por professores para consulta dos utilizadores, disponível na nossa página electrónica e no blogue. Queríamos ainda destacar a elaboração de diferentes materiais de apoio (guião para produção de trabalhos escritos de pesquisa, guião de aula para avaliação de páginas

Web, guião de pesquisa de informação, e outro de avaliação de páginas Web). Temos ainda, entre outras actividades, os ateliers de expressão plástica e a "hora do xadrez". A vida do Centro de Recursos Poeta José Fanha é acompanhada num blogue e no suplemento do "Pontos nos ii", jornal do Agrupamento.

Dê-nos alguns exemplos de iniciativas regulares promovidas pelo Centro...

J.D. – Gostaria de destacar, desde já, as iniciativas no campo da promoção da leitura, sem dúvida uma das preocupações em destaque no nosso plano de trabalho, no espírito do Projecto a Ler +. Ao longo de cada ano lectivo, organizamos concursos literários, a Maratona da Poesia, consultório de livros, exposições, edição de publicações, a Comunidade de Leitores e a vinda de escritores ao Centro para encontros com os nossos alunos (já passaram por cá nomes como Alexandre Honrado, Alice Vieira, João Aguiar, João Matos, Luísa Ducla Soares, Margarida Fonseca Santos, Maria Alberta Meneres, Maria Teresa Maia Gonzalez, além do patrono do Centro, José Fanha, e do ilustrador João Fanha). É também nossa preocupação a formação dos utilizadores e o desenvolvimento de actividades ligadas à literacia da informação.

Como é que se articula o trabalho das bibliotecas no âmbito do Agrupamento de Escolas Venda do Pinheiro?

J. D. – Os professores bibliotecários do Agrupamento reúnem com regularidade, desenvolvendo trabalho de equipa. Desde a constituição do Agrupamento, nossa ,

produzir materiais de apoio em conjunto, participar activamente na elaboração dos documentos orientadores do Agrupamento, preocupação: trabalhar em sintonia, trocar experiências, articular iniciativas, promover a formação e o intercâmbio. Destaco, a propósito, a acção "Convidado por um dia", uma espécie de estágio interno/formação em serviço, em que um dos professores bibliotecários passa o dia numa das outras escolas do Agrupamento, transmitindo as suas experiências e acompanhando também a realidade e as dinâmicas dessa biblioteca. Em suma: tentamos melhorar a articulação das actividades e a formação dos alunos no domínio das competências de informação, desde o jardim de infância aos alunos do 9.º ano de escolaridade. Aproveito para sublinhar que o Agrupamento de Escolas Venda do Pinheiro tem quatro bibliotecas integradas na Rede de Bibliotecas Escolares (RBE), do Ministério da Educação.

"O Homem/Mulher sonha e a obra acontece". Quais são os sonhos que o Centro de Recursos José Fanha quer concretizar a curto e médio prazo?

J.D. – Apontaria quatro objectivos centrais: conseguir mais espaço físico – precisamos de crescer; melhorar o espaço virtual – queremos dinamizar ainda mais o blogue e a participação na plataforma moodle do Agrupamento; desenvolver a articulação curricular – é fundamental para a melhoria das aprendizagens; e insistir na promoção da leitura e da literacia da informação recorrendo a múltiplas e variadas iniciativas. | JPO ■

CULTURAIS

Exposição no Museu de Angra até 28 de Fevereiro

O Mundo do Bronze

Ao encerrar o seu programa expositivo para o corrente ano, o Museu de Angra do Heroísmo (Ilha Terceira) apresenta na Sala de Oportunidades, até 28 de Fevereiro de 2010, uma exposição de peças provenientes do seu acervo museológico que tem o bronze como tema e fio condutor.

Pretende-se com esta exposição, "O Mundo do Bronze", revisitar minerais em aspecto nativo, acompanhar processos e resultados, aprofundando o conhecimento de um metal cujo impacto civilizacional foi determinante.

Amostras de minérios, armas e sinos, balanças, peças de navio, pesos e medidas, medalhas e moedas integram esta mostra que percorre a imensa panóplia de finalidades e utilizações desta liga, desde o século I a.C. até à actualidade.

Esta exposição é acompanhada de um catálogo, que documenta o processo de exploração dos minérios que compõe o bronze e ilustra a evolução da utilização desta liga em termos bélicos, artísticos e



utilitários, dando simultaneamente conta do vasto e rico espólio do Museu da Angra do Heroísmo.

O Serviço Educativo do Museu promove visitas guiadas e realiza ateliês relacionados com a exposição, actividades preferencialmente destinadas ao público escolar, cujo agendamento deve ser efectuado pelo telefone 295 213 147 ou através do mail ana.ls.almeida@azores.gov.pt

Mais informação no sítio do Museu de Angra do Heroísmo, alvo de recentes beneficiações em termos de imagem e funcionamento: <http://museu-angra.azores.gov.pt/>. ■

CD's

A 9 de Dezembro "Três Cantos" lançado em CD e DVD



Os concertos realizados recentemente em Lisboa e no Porto por José Mário Branco, Sérgio Godinho e Fausto Bordalo Dias ("Três Cantos") vão ser editados em CD e DVD, trabalho que será posto à venda em Dezembro próximo. "Três Cantos – Ao Vivo" estará disponível em formato especial e normal. O primeiro inclui um livro com 40 páginas, dois CD dos concertos e dois DVD, um com o vídeo do concerto e outro com um documentário; a edição normal apenas contém os dois CD dos concertos. ■

EXPOSIÇÃO

"Medir os Céus para dominar a Terra"

A Astronomia na Escola Politécnica de Lisboa (1837-1911)

O Museu de Ciência da Universidade de Lisboa, em colaboração com a Sociedade Portuguesa de Matemática, organizou a Exposição "Medir os Céus para dominar a Terra: A Astronomia na Escola Politécnica de Lisboa (1837-1911)", inaugurada a 22 de Outubro. O certame estará patente ao público até ao próximo dia 30 de Abril, de terça a sexta-feira: das 10h00 às 17h00, e sábados e domingos, das 11h00 às 18h00

Esta exposição insere-se no âmbito das comemorações do Ano Internacional da Astronomia 2009, pretendendo não só dar a conhecer o ensino e a prática da astronomia na Escola Politécnica durante o séc. XIX, como também sensibilizar o público escolar para a relação estreita entre a matemática e a astronomia. ■



AO VIVO

Festival de Música de Coimbra
Até 13 de Dezembro

Desde a edição de 2005, o Festival de Música de Coimbra (FESMUC) ambiciona ocupar um lugar de destaque como "Festival de Outono".

Depois de doze festivais com um programa compacto em oito ou dez dias do mês de Julho, a partir desse ano foi agendado para Outubro, com concertos num período de quase dois meses, lembra a organização do Festival de Música de Coimbra/2009.

Para a edição deste ano, "elaborámos um programa diversificado, permitindo um leque de escolhas muito amplo. Tentámos valorizar os espaços culturais da Cidade de Coimbra, dando oportunidade a músicos que aqui estudaram ou que aqui ensinam, e recebemos muitos outros, nacionais e estrangeiros."

O programa para Coimbra integra dois ciclos que foram muito apreciados no ano anterior: "Noites na Biblioteca Joanina", um ciclo de cinco concertos neste espaço magnífico, e "As Quintas do Festival", um ciclo de seis concertos de música de câmara a decorrer no Auditório da Casa Municipal da Cultura. A estes se juntam os "grandes concertos", marcados para o Teatro Gil Vicente, Capela da Universidade, Igreja de Santa Cruz e Igreja da Rainha Santa.

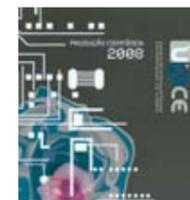
"Não deixámos de assinalar duas efemérides de 2009: os duzentos anos da morte de Joseph Haydn e os duzentos e cinquenta de G. F. Haendel. A formação de músicos, foi contemplada com a organização de uma "master-class" de saxofone", regista o director artístico do Festival, Augusto Mesquita. Programação do Festival em: <http://www.fesmuc.com/> ■

CIÊNCIA

Produção Científica 2008 em CD-Rom

Unidade de I&D de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa

A informação sistematizada e quantificada da produção científica, de 2008, do colectivo de investigadores que integram a Unidade de I&D de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa (UL) está agora reunida em CD-Rom. A iniciativa contou com o apoio da Faculdade de Psicologia e C. da Educação, Universidade de Lisboa e Fundação para a Ciência e Tecnologia. Trata-se, sem dúvida, de um importante instrumento de trabalho posto ao serviço da comunidade científica e de outros interessados. | JPO ■



Público na Escola volta a distinguir a imprensa na Escola
<http://static.publico.clix.pt/pubnaesc/>



"Os jornais PSSST!!", do Jardim-Escola João de Deus, Leiria; Geração CIC, do Colégio Internato dos Carvalhos, Pedroso; Trigal, da Escola Secundária de Caldas das Taipas; Outra Presença, da Escola Secundária Abade de Baçal, Bragança; Desejo de Voar, da Escola EB1 Santa Zita, Guarda; O Papagaio, do Agrupamento Vertical de Escolas de Cristelo, Paredes; e Na Maior, da Escola Secundária Pluricurricular Santa Maria Maior, Viana do Castelo, foram os vencedores dos vários prémios atribuídos pelo Concurso Nacional de Jornais Escolares, que concedeu ainda dois prémios por reportagens vídeo realizadas pela Escola Secundária Abade de Baçal, Bragança; e pelo Agrupamento de Escolas de S. Martinho, S. Martinho do Campo, Santo Tirso.

Entre as trinta e seis distinções, merece destaque a que foi concedida ao jornal Anunciador, do Liceu Dr. Rui Barcelos da Cunha, em Bissau, uma publicação realizada no âmbito do Programa de

Apoio ao Sistema Educativo da Guiné-Bissau.

"Por que é que a política também é para nós?" foi o tema do concurso promovido pelo Projecto PÚBLICO na Escola com o alto patrocínio do Presidente da República, da Assembleia da República e do Ministério da Educação e o apoio da Agência Nacional para a Gestão do Programa Juventude em Acção, do Centro Português de Design, da Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, da Microsoft, do Museu Nacional da Imprensa e da Porto Editora.

O júri constituído por Teresa Calçada, coordenadora do Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares do Ministério da Educação; Amilton Moreira, João Nuno Torres e Rosário Oliveira, da Ciência Viva; Pedro Marques, do Museu Nacional da Imprensa; Felisbela Lopes e Luís António Santos, professores da Universidade do Minho; Maria José Brites, investigadora na área dos estudos dos jovens e dos media; e Eduardo Jorge Madureira, director pedagógico do PÚBLICO na Escola, atribuiu os prémios e menções honrosas que podem ser consultados em:

<http://static.publico.clix.pt/pubnaesc/> ■